



**Pregão Eletrônico N° 31/2026 –M.C.A. – Forma Eletrônica.**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 84/2026 –M.C.A.**

**OBJETO DA LICITAÇÃO:** Contratação de empresa especializada na produção e organização de uma Etapa Nacional de Rodeio, com experiência comprovada na realização de eventos similares, garantindo qualidade técnica, segurança e profissionalismo.

**FINALIDADE LICITAÇÃO:** Contratação de serviços.

**VALOR TOTAL ESTIMADO DA LICITAÇÃO:** R\$ 405.000,00

**PORTAL DA LICITAÇÃO:** Plataforma BLL Compras,

<https://bllcompras.com/Home/Login>

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

**Recebimento das propostas até:** até as 08:00:00 horas do dia 20 de maio de 2026.

**Início da sessão de disputa de preços:** as 08:30:00 horas do dia 20 de maio de 2026.

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** Licitação de ampla concorrência

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor Preço - Por Lote

**MODO DE DISPUTA:** Aberto

**EDITAL E ANEXOS DISPONÍVEL EM:** [Portal da Transparência - MUNICÍPIO DE CÉU AZUL \(atende.net\)](#)

**ACOMPANHAMENTO PÚBLICO:**

A licitação poderá ser acompanhada via acesso público, selecionando a licitação desejada, acessível no seguinte endereço:

<https://bllcompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1>

**CONTATO COM O DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES:**

(45) 3121-1023, (45) 3121-1026, (45) 3121-1028

E-mail: [licitacao@ceuazul.pr.gov.br](mailto:licitacao@ceuazul.pr.gov.br)





## **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026 – M.C.A. – Forma Eletrônica**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 84/2026 – M.C.A.**

### **1. PREÂMBULO**

**1.1. O MUNICÍPIO DE CÉU AZUL**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, inscrita no CNPJ sob nº. 76.206.473/0001-01, sita na AV. Nilo Umberto Deitos, 1426, Centro, Céu Azul – PR, torna público para conhecimento, dos interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico – Forma Eletrônica, do tipo **Menor Preço - (Nova Lei de Licitações) Por Lote**, em conformidade com: a **Lei Federal nº 14.133** de 1º de abril de 2021, **Lei Complementar 123/2006** de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores, **Decreto Municipal nº 7072/2023**, demais legislações aplicáveis, e mediante as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

### **2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, OBJETO, PREÇO MÁXIMO**

**2.1.** A presente licitação tem por objeto a **Contratação de empresa especializada na produção e organização de uma Etapa Nacional de Rodeio, com experiência comprovada na realização de eventos similares, garantindo qualidade técnica, segurança e profissionalismo**. Observadas as características e demais condições definidas neste Edital e em seus Anexos.

**2.2.** Especificações das condições, quantitativos, conforme constante no Termo de Referência / Projeto Básico Anexo 1 e demais anexos do presente edital.

**2.3.** Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no portal [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as constantes no Edital.

**2.4.** O preço máximo estimado da presente licitação está estimado em R\$ 405.000,00

**2.5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor Preço - (Nova Lei de Licitações) Por Lote

**2.6. MODO DE DISPUTA:** Aberto

**2.7.** A sessão pública será realizada via rede mundial de computadores (internet) através do Sistema de Pregão Eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões (BLL) no endereço eletrônico [bllcompras.com](http://bllcompras.com), a ser dirigido por pregoeiro nas dependências do Departamento de Licitações e Contratos, localizado no 1º andar do Paço Municipal, à Av. Nilo Umberto Deitos, 1426, Centro, Céu Azul, Estado do Paraná.

**2.8.** Tendo a licitação a seguinte programação:

**Recebimento das propostas: até às 08:00:00 horas do dia 20 de maio de 2026.**

**Início da sessão de disputa de preços: as 08:30:00 horas do dia 20 de maio de 2026**

**Referência de tempo: horário de Brasília – DF**

**2.9.** Qualquer pessoa não participante da licitação poderá acompanhar a sessão pública através do endereço eletrônico <https://bllcompras.com/Home/Login> clicando em Acesso Público e em seguida selecionando a licitação.

**2.10.** Os pregoeiros/agente de condução e equipe de apoio são os designados pela Portaria nº 149/2026.

**2.11.** Considerando as previsões legais a presente licitação, para cumprimento com a Lei Complementar 123/2006 e suas alterações e em conformidade com o disposto na Lei





Complementar Municipal nº 001/2015, prevê:

**A ampla participação de empresa de qualquer porte com prioridade de contratação de ME, EPP ou Equiparada, em conformidade com a previsão na Lei Complementar 123/2006 e suas alterações e Lei Complementar Municipal nº 001/2015;**

**2.12.** A documentação completa se encontra à disposição dos interessados no Departamento de Licitações, localizado no Paço Municipal, sito na Av. Nilo Umberto Deito, 1426, Centro, Céu Azul, Paraná, em horário comercial, podendo também ser obtido diretamente no site [Portal da Transparência - MUNICÍPIO DE CÉU AZUL \(atende.net\)](http://Portal da Transparência - MUNICÍPIO DE CÉU AZUL (atende.net)), selecionando a modalidade e licitação desejada, ou ainda no site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br). Maiores informações poderão ser obtidas junto ao setor de Licitações, ou pelo fone (45) 3121-1026, 3121-1023 e 3121-1028 ou e-mail: [licitacao@ceuazul.pr.gov.br](mailto:licitacao@ceuazul.pr.gov.br).

**2.13.** Os atos e decisões da presente licitação serão publicados no **Diário Oficial Eletrônico do Município de Céu Azul**, acessível no sítio eletrônico do Município de Céu Azul no seguinte endereço: [Portal do Cidadão - MUNICÍPIO DE CÉU AZUL/PR \(atende.net\)](http://Portal do Cidadão - MUNICÍPIO DE CÉU AZUL/PR (atende.net)) e disponibilizados também no portal da licitação.

**2.14.** As comunicações dirigidas por meio eletrônico ao representante do licitante suprem, para todos os efeitos, o dever de comunicação por parte do Município, ressalvada as hipóteses previstas nas quais a publicidade será efetuada através do Diário Oficial Eletrônico do Município de Céu Azul.

### 3. DOCUMENTOS INTEGRANTES

**3.1.** – Integram o presente Edital, como partes indissociáveis, os seguintes anexos:

**ANEXO 01** – TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO / Especificação dos Serviços;

**ANEXO 02** – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;

**ANEXO 03** – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA LICITANTE VENCEDOR;

**ANEXO 04** – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA;

**ANEXO 05** – MODELO DE DECLARAÇÃO DE NEPOTISMO

**ANEXO 06** – MODELO DE DECLARAÇÃO ME, EPP e EQUIPARADAS;

**ANEXO 07** – MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

### 4. DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO OU ESCLARECIMENTO

**4.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**4.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**4.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: diretamente na plataforma BLL em campo específico para inserção da impugnação: <https://bllcompras.com/> ou e-mail: [licitacao@ceuazul.pr.gov.br](mailto:licitacao@ceuazul.pr.gov.br);

**4.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**4.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.





**4.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:**

**5.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Pregão Eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões (BLL) no endereço eletrônico [blcompras.com](http://blcompras.com), utilizado no certame;

**5.2.** Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

**5.3.** Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

**5.4.** Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;

**5.4.1.** Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

**5.5.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**5.6.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**5.7.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ou em qualquer fase do processo de licitação.

**5.8.** Os itens para participação exclusiva de ME –Microempresas, EPP- Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e Lei Complementar Municipal nº 001/2015, serão indicados no termo de referência.

**5.8.1.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às ME, EPP e Equiparadas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP - Empresa de Pequeno Porte (Art. 4º §2º Lei 14.133/21) .

**5.8.2.** A Lei Complementar Municipal 001/2015, dispõe que para os itens exclusivos para empresas ME, EPP ou Equiparada, será dado prioridade de contratação para as empresas locais, conforme segue: Para lote/item em que houver a participação de empresas ME, EPP ou Equiparada de localidades de fora do Município de Céu Azul, será analisada a prioridade de contratação para as empresas ME, EPP ou Equiparada locais de Céu Azul, conforme previsto no Artigo 50 Inciso I da Lei Complementar Municipal nº 001/2015 e Parágrafo Terceiro do Artigo 48 da Lei Complementar 123/2006 alterada pela Lei Complementar 147/2014. Assim, quando o menor preço obtido for de empresa de fora do Município de Céu Azul e não de empresa ME, EPP ou Equiparada local de Céu Azul, será verificado se alguma empresa ME, EPP ou Equiparada local teve preço dentro da margem de 10% acima no menor preço obtido através de empresa de outra localidade. Constatado preço dentro da margem de 10% o





lote/item será adjudicado em favor da ME, EPP ou Equiparada local de Céu Azul no valor por ela apresentada, sendo desconsiderado o preço menor obtido através da ME, EPP ou Equiparada de outra localidade. Em caso de a margem do preço ficar superior a 10% o item será adjudicado em favor da empresa ME, EPP ou Equiparada de outra localidade detentora do menor preço.

**5.9.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**5.10.** Não poderão disputar esta licitação:

**5.10.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

**5.10.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**5.10.3.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**5.10.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**5.10.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**5.10.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**5.10.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**5.10.8.** Agente público do órgão ou entidade licitante;

**5.10.9.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**5.10.10.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

**5.11.** O impedimento de que trata o item 5.10.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente





comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**5.12.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.10.2 e 5.10.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**5.13.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**5.14.** O disposto nos itens 5.10.2 e 5.10.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo da contratada a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**5.15.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**5.16.** A vedação de que trata o item 5.10.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**6.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**6.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos no edital.

**6.3.** Antes da apresentação da proposta é essencial a leitura do edital e termo de referência para conhecimentos das condições estabelecidas.

**6.4.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**6.4.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**6.4.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**6.4.3.** Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**6.4.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para





reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**6.4.5. Caso o sistema não contemple tal campo, a licitante deve apresentar a Declaração Conjunta – Anexo 04, do edital que abrange aos subitens acima, a qual deve ser anexada juntamente com os documentos de habilitação, sob pena de inabilitação.**

**6.5.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.6.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**6.6.1.** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**6.6.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**6.7.** A falsidade da declaração de que trata os itens 6.4 ou 6.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**6.8.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**6.9.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**6.10.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**6.11.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**6.11.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

**6.11.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

**6.12.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**6.12.1.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado





o critério de julgamento por menor preço; e

**6.12.2.** Percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**6.13.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**6.14.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**6.15.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

**7.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**7.1.1. Valor** unitário e total do item/lote, ou percentual de desconto, conforme o caso;

**7.1.2.** Marca/modelo/Fabricante (quando for aplicável ao objeto);

**7.1.3.** Descrição do objeto proposto, atendendo as especificações e informações similares à especificação do lote/item no Termo de Referência;

**7.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**7.3.** Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais (fretes, transporte, carga e descarga, montagem, instalação, entrega técnica se solicitada) encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**7.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**7.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**7.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**7.7.1.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da





data de sua apresentação

**7.7.2.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações;

**7.7.3.** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

**7.8.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte das contratadas pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**8.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**8.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**8.2.1.** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**8.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**8.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**8.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**8.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**8.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**8.6.** O lance deverá ser ofertado **pelo valor total do lote.**

**8.7.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**8.8.** O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**8.9.** O **intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 100,00 (cem reais).**

**8.10.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**8.11.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.





**8.12.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações:

**8.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**8.12.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**8.12.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**8.13.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado:

**8.13.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**8.13.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**8.13.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**8.13.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**8.13.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**8.14.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações:

**8.14.1.** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 8.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

**8.14.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**8.14.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados





nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**8.14.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação

**8.14.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**8.14.6.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**8.15.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**8.16.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**8.17.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**8.18.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**8.19.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**8.20.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**8.21. Em relação a itens exclusivos:** a Lei Complementar Municipal 001/2015, dispõe que para os itens exclusivos para empresas ME, EPP ou Equiparada, será dada prioridade de contratação para as empresas locais, conforme segue: Para lote/item em que houver a participação de empresas ME, EPP ou Equiparada de localidades de fora do Município de Céu Azul, será analisada a prioridade de contratação para as empresas ME, EPP ou Equiparada locais de Céu Azul, conforme previsto no Artigo 50 Inciso I da Lei Complementar Municipal nº 001/2015 e Parágrafo Terceiro do Artigo 48 da Lei Complementar 123/2006 alteração pela Lei Complementar 147/2014. Assim, quando o menor preço obtido for de empresa de fora do Município de Céu Azul e não de empresa ME, EPP ou Equiparada local de Céu Azul, será verificado se alguma empresa ME, EPP ou Equiparada local teve preço dentro da margem de 10% acima no menor preço obtido através de empresa de outra localidade. Constatado preço dentro da margem de 10% o lote/item será adjudicado em favor da ME, EPP ou Equiparada local de Céu Azul no valor por ela apresentada, sendo desconsiderado o preço menor obtido através da ME, EPP ou Equiparada de outra localidade. Em caso de a margem do preço ficar superior a 10% o item será adjudicado em favor da empresa ME, EPP ou Equiparada de outra localidade detentora do menor preço.

**8.22. Em relação a itens não exclusivos** para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o





disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e Lei Complementar Municipal 001/2015.

**8.22.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**8.22.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**8.22.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**8.22.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**8.23.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**8.23.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**8.23.1.1. Disputa** final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**8.23.1.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**8.23.1.3. Desenvolvimento** pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**8.23.1.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**8.22.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**8.23.2.1.** Microempresas e empresas de pequenas sediadas em âmbito local e posteriormente às sediadas em âmbito regional e será procedida da seguinte forma, conforme Lei Complementar Municipal nº 001/2015;

**8.23.2.1.1.** Compreende o âmbito Local as empresas sediadas no Município de Céu Azul;

**8.23.2.1.2.** Compreende o âmbito Regional as empresas sediadas nas regiões geográficas definidas pelo IBGE, compreendendo: Microrregião geográfica 024 – Foz do Iguaçu – PR, Microrregião geográfica 023 – Cascavel – PR, Microrregião geográfica 022 – Toledo – PR.;





**8.23.2.2.** Empresas brasileiras;

**8.23.2.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**8.23.2.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**8.24.** O Pregoeiro verificará a ocorrência de uma mesma empresa vencer as cotas principal e reservada de um mesmo produto, conforme a classificação dos lotes, situação na qual o pregoeiro informará ao interessado que a contratação deverá ocorrer pelo menor preço, e solicitará que o mesmo ajuste o lance da cota com o maior preço para o valor da cota com menor preço, em funcionalidade específica do sistema.

**8.25.** Ao recusar-se a realizar o ajuste que trata o item 8.24 deste edital, a licitante será desclassificado de ambas as cotas.

**8.26.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro deverá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**8.26.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**8.26.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**8.26.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**8.27.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, **sob pena de desclassificação.**

**8.27.1.** Os documentos complementares, compreendem, conforme o caso: planilha de composição de custos, folders, cartilhas, panfletos, catálogos, ou seja, quaisquer documentos necessários a comprovação das características mínimas do produto/serviço ofertado.

**8.27.2.** A proposta deverá ser preenchida, preferencialmente, de acordo com o modelo ANEXO 03, deste edital de licitação.

**8.27.3.** A licitante deve adequar redação do item em conformidade ao objeto licitado e ao critério de julgamento já estabelecido no edital.

**8.27.4.** Deverá constar na proposta a indicação de PREPOSTO, responsável pelo contato durante todo período de execução contratual/ata de registro de preços, sendo, Nome, CPF, número de telefone direto e endereço de e-mail.

**8.27.5.** A prorrogação de que trata o item 8.27, poderá ocorrer nas seguintes situações:

**8.27.5.1.** por solicitação do(a) licitante, mediante justificativa aceita pelo(a) agente





de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou

**8.27.5.2.** de ofício, a critério do(a) agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o(a) substituir, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade de que trata o caput. Bem como quando a convocação ocorrer em data posterior da data da sessão decorrente de desclassificação ou inabilitação de empresa previamente classificada.

**8.28.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da Proposta

## 9. DA FASE DE JULGAMENTO

**9.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 5.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro de Impedidos de licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná <https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>;

b) TCU - Licitantes Inidôneos; CNJ = CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade; Portal da Transparência - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas; Portal da Transparência - CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas. Mediante consulta em <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>;

**9.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**9.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

**9.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimentos similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

**9.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

**9.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**9.4.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**9.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 5.8 e 5.9 deste edital.

**9.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.





**9.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**9.7.1.** Contiver vícios insanáveis;

**9.7.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**9.7.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**9.7.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**9.7.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**9.8.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**9.8.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**9.8.1.1.** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**9.8.1.2.** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**9.9.** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

**9.9.1.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

**9.9.2.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

**9.9.3.** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

**9.9.4.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**9.10.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**9.11.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**9.11.1.** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração,





bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

**9.12.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

**9.12.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**9.12.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**9.13.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**9.14.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta e desclassificação da proposta.

**9.15.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**9.16.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**9.17.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**9.18.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

**10.1.** Os documentos previstos abaixo, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**10.1.1.** Toda a documentação para fins de habilitação deverá ser, preferencialmente, anexado ao sistema até a data e horário previstos para início da sessão, de modo que somente será verificada pelo pregoeiro a documentação daqueles licitantes declarados detentores de melhor oferta após a fase de disputa por lances. **Os documentos exigidos para habilitação, não anexados previamente ao portal, deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no máximo de duas horas úteis, contado da solicitação pelo pregoeiro.**

**10.1.2.** A não observância do disposto no item anterior enseja a





inabilitação/desclassificação no momento da habilitação.

**10.1.3.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos pelo SICAF ou por registro cadastral emitido pelo Município de Céu Azul, podendo ser diligenciado para a possível atualização de documentos desatualizados.

**10.1.4.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**10.1.5.** Os documentos comprobatórios que trata o item **10.2.** e **seus subitens**, deverão encontrarem-se **vigentes** na data de abertura da sessão, sob pena de inabilitação da licitante, com exceção dos benefícios previstos em favor das ME EPP.

**10.1.6.** Aos documentos que não mencionarem prazo de validade será atribuído prazo de **90 (noventa) dias de eficácia**, contados da data de emissão, salvo disposição contrária expressa em Lei ou edital.

**10.1.7.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**10.2.** As licitantes deverão anexar para fins de sua habilitação no certame os seguintes documentos:

### **10.2.1. Habilitação jurídica (conforme o caso)**

**10.2.1.1. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**10.2.1.2. Composição empresarial, sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**10.2.1.3. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**10.2.1.4. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**10.2.1.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**10.2.1.6. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito





no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**10.2.1.7. Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

**10.2.1.8. Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

**10.2.1.9.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação.

## 10.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

**10.2.2.1. CNPJ** = Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

**10.2.2.2. Negativa Federal** = Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**10.2.2.3. Negativa Estadual** - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**10.2.2.4. Negativa Municipal** = Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**10.2.2.5. Negativa FGTS** = Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**10.2.2.6. Negativa Trabalhista** = Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

## 10.2.3. Deverá apresentar as seguintes DECLARAÇÕES, conforme disposto no modelo constante do Anexo 04 e 05 deste edital, de que:

a) Não se encontra com o Direito de Licitar suspenso perante o Município de Céu Azul, bem como não encontra-se declarado inidôneo por órgão ou entidade em qualquer das esferas do Governo;

b) Até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e





não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**d)** Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**e)** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**f)** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**g)** Declaração de enquadramento em regime de tributação de microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (na hipótese do licitante ser um ME ou EPP). Para usufruir dos benefícios previsto para ME, EPP e Equiparadas.

**h)** Declaração de Nepotismo

**10.2.3.1.** - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**10.2.3.2.** - A falsidade das declarações tratadas neste item sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

## 10.2.4. Qualificação Econômico-Financeira

**10.2.4.1. Negativa Falência e Concordata** = certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II); (Caso não conste na Certidão o prazo de validade da mesma, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias contados da data da sua emissão).

## 10.2.5. Qualificação Técnica ou requisitos do objeto:

**10.2.5.1.** Para fins de habilitação, a empresa licitante deverá apresentar a seguinte documentação comprobatória:

Para fins de habilitação, a empresa licitante deverá apresentar a seguinte documentação comprobatória:

a) Certidão de Registro da empresa licitante junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo).

b) A licitante vencedora, com sede em outro estado da Federação, que não seja registrada junto ao CREA/CAU de Estado do Paraná, deverá apresentar visto da empresa e dos responsáveis técnicos no CREA/CAU de Paraná, para a execução do contrato.

c) Indicação do (s) responsável (is) técnico (s) pelos serviços sendo: 01 (um) Engenheiro Civil e 01 (um) Engenheiro Elétrico ou Arquiteto, através de declaração assinada pelo representante legal da empresa.





d) Registro do profissional junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), através de Certidão de Registro no CREA/CAU ou Carteira de Identidade Profissional.

e) Comprovação de que os responsáveis técnicos pelos serviços, conforme indicação acima, mantém vínculo profissional (empregado ou não) com a empresa, na data prevista para a apresentação das propostas/documentos, mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

1. Ficha de Registro de empregado;
2. Registro na Carteira Profissional;
3. Contrato de prestação de serviços;
4. No caso de sócio da licitante, o contrato social em vigor;
5. No caso de administrador não sócio, a ata de nomeação registrada no órgão competente.

f) O(s) profissional(is) indicado(s) pelo licitante, de que trata a alínea “c”, deverá(ão) participar da execução dos serviços objeto do lote, admitindo-se a sua substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração.

g) Atestado (s) passado (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, em que conste como contratada o nome da licitante, com características semelhantes ao objeto do referido lote, com quantitativo mínimo igual a 50% (cinquenta por cento) das quantidades previstas para o mesmo, nos serviços considerados de maior relevância.

**OBS: Os itens abaixo descrito considerados de maior relevância do presente termo de referência, bem como, o quantitativo mínimo 50% (cinquenta por cento) a ser atendido.**

h) Apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, em nome do profissional técnico da proponente, comprovando desempenho anterior na montagem das estruturas, referente a arquibancada, arena e camarotes emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado com no mínimo as características e quantidades descritas abaixo, devidamente acompanhada da respectiva CAT – Certidão de Acervo Técnico, registrada na entidade profissional competente, que deverá conter no mínimo o nome do profissional, a localização e o quantitativo básico executado e seu respectivo Acervo Técnico, devidamente certificado pelo CREA ou CAU:

h.1) Arquibancadas no mínimo, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do solicitado no Edital;

h.2) 01 (uma) Arena, no mínimo equivalente a 50% (cinquenta por cento) do solicitado no Edital;

h.3) Camarotes, no mínimo, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do solicitado no Edital.





i) A empresa licitante deverá comprovar experiência, qualidade profissional e técnica por meio de declaração, ou atestado emitido pela Confederação ou entidade/circuito nacional de rodeio, e ainda, publicações em revistas, jornais, mídias digitais, tais como Facebook e Instagram que comprovem a realização de no mínimo 03 (três) etapas do Campeonato ou Circuito Nacional de Rodeio nos últimos 24(vinte e quatro) meses;

Para fins de comprovação, o licitante deverá apresentar:

- I – Contratos de prestação de serviços referente às etapas realizadas;
- II – Notas fiscais emitidas referente aos eventos;
- III – Atestado de qualificação ou capacidade técnica de cada etapa emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória do objeto (evento);
- IV – Certidão de Acervo Técnico da estrutura junto ao CREA.

**Obs. A documentação acima relacionada deverá ser apresentada conjuntamente, no momento da habilitação, como forma de comprovação integral da capacidade técnica exigida. Em caso de suspeita de atestado, declaração ou outro documento infundado ou sem a devida procedência, o Pregoeiro poderá suspender a sessão para realização de DILIGÊNCIA.**

j) Certificado de Registro expedido pelo Ministério da Defesa Exército Brasileiro, para a atividade de transporte de produtos controlados – aprovados pelo Decreto nº 3.665, de 20/11/00, e a Portaria nº 09-D Log de 08/05/2004:

- Comércio de Pirotécnicos de uso restrito
- Prestação de serviço (Próprio) Transporte de Pirotécnicos
- Prestação de serviço – Armazenagem de Pirotécnicos
- Utilização – Demonstração/Exposição de Pirotécnicos
- Utilização – Emprego de Pirotécnico de uso permitido
- Utilização – Emprego de Pirotécnicos de uso restrito
- Utilização- Emprego de Pirotécnicos em cenografia





k) A empresa licitante deverá comprovar documentalmente a relação jurídica existente entre a mesma e a empresa responsável pelo Material pirotécnico, caso essa seja terceirizada através de contrato de prestação de serviços com firma reconhecida ou assinado digitalmente.

l) Apresentar vínculo através de contrato ou declaração entre a empresa e o profissional Blaster, responsável pela realização dos shows pirotécnicos, junto com a carteira de Blaster e Alvará de Blaster Pirotécnico devidamente registrada e dentro da validade para execução do evento.

m) Apresentar Declaração de disponibilidade de data, dos artistas do Rodeio, (locutores de arena e comentarista de rodeio para os dias do rodeio, devidamente assinada pelo representante legal, digitalmente ou com reconhecimento de firma.

n) Apresentar comprovação de registro junto ao CRMV do médico veterinário, cadastrado para a emissão dos GTA e responsável técnico sanitário pelo evento.

o) Apresentar comprovação de Vínculo com médico Veterinário podendo ser comprovado:

- Tratando-se de sócio da empresa, a comprovação se fará mediante a verificação do seu nome no contrato social da empresa;
- Tratando-se de empregado, a empresa deverá apresentar cópia da carteira de trabalho contendo anotações de contrato de trabalho ou cópia do livro de registro com as anotações do empregado;
- Tratando-se de prestador de serviços a comprovação se fará mediante a apresentação de contrato de prestação de serviço firmado entre o profissional e a empresa

p) Certificado de registro genealógico dos cavalos Friesian destinados ao show de adestramento

q) Comprovação de garantia de proposta.

**Obs.:** A comprovação do recolhimento da garantia de proposta, equivalente a 1% do valor estimado da contratação, deverá ser apresentada na pré-habilitação, mediante depósito até um dia útil anterior à data do certame.

*A exigência de apresentação da garantia de proposta, no percentual de 1% do valor estimado da contratação, justifica-se como medida de segurança e seriedade no processo licitatório, visando assegurar que apenas licitantes efetivamente comprometidos participem do certame. Trata-se de mecanismo amplamente utilizado na Administração Pública para resguardar o interesse público contra propostas inconsistentes, aventureiras ou sem capacidade real de execução.*

*Ao estabelecer que o recolhimento seja comprovado ainda na fase de pré-*





habilitação e realizado até um dia útil anterior à data do certame, a Administração busca garantir maior organização e celeridade ao processo, evitando atrasos, questionamentos ou inconsistências no momento da sessão pública. Essa antecipação também permite a verificação prévia da regularidade da garantia, reduzindo riscos de impugnações e promovendo maior transparência e segurança jurídica.

Além disso, a garantia de proposta funciona como instrumento de proteção ao Município, assegurando que o licitante vencedor mantenha sua proposta até a assinatura do contrato, sob pena de perda do valor garantido em caso de desistência injustificada. Dessa forma, contribui para a estabilidade do procedimento licitatório e para a efetiva contratação do objeto pretendido.

Portanto, a exigência encontra fundamento no interesse público, na necessidade de resguardar a Administração contra riscos operacionais e na busca por maior eficiência, segurança e confiabilidade no processo de contratação.

Obs.: A comprovação do recolhimento da garantia de proposta, equivalente a 1% do valor estimado da contratação, deverá ser apresentada na pré-habilitação, mediante depósito realizado até um dia útil anterior à data do certame. - Caberá aos licitantes optar por uma das modalidades de garantias estabelecidas no Art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, podendo ser:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023) § 2º Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

-A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação mediante transferência bancária a ser indicado pelos licitantes.

**10.3.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**10.3.1.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**10.4.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.





**10.4.1.** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

**10.5.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia desde que autenticada via cartório, via digital ou por servidor do departamento de licitações e contratos do órgão licitante.

**10.5.1.** Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizado, com acesso vinculado à chave de identificação e senha do interessado, a segurança quanto à autenticidade e autoria dos documentos será presumida, sendo desnecessário o envio de documentos assinados com certificação digital.

**10.5.2.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**10.6.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**10.7.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**10.8.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

**10.8.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**10.8.1.1.** Essa diligência é cabível no caso de o documento apresentado ser inconclusivo quanto ao atendimento de requisitos do edital. É o que ocorre, por exemplo, quando um atestado menciona genericamente que o licitante já executou objeto semelhante, mas o edital exige algum detalhe, tal como determinada medida.

**10.8.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das posturas;

**10.9.** Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**10.10.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

## 11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

**11.1.** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, que será de no máximo 30 (trinta) minutos, de forma imediata e motivada em campo





próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

**11.1.1.** A manifestação da intenção de interpor recurso será feita individualmente por lote, após a constatação da habilitação de licitante, com o início de etapa específica;

**11.1.2.** As memoriais de razões do recurso de que trata o item 11.1 poderão ser apresentadas no prazo de até três dias úteis;

**11.1.3.** Os recursos apresentados serão disponibilizados para vistas dos outros licitantes que ficarão intimados desde logo, para se desejarem, apresentarem suas contrarrazões, no prazo de até três dias úteis, contados da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses;

**11.1.4.** Os memoriais relativos às razões e às contrarrazões de eventuais recursos interpostos, deverão ser anexados em funcionalidade própria do sistema, e nos prazos que forem fixados em sessão pública pelo pregoeiro;

**11.2.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**11.3.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**11.4.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**11.4.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**11.4.2.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**11.4.3.** na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou da ata de julgamento.

**11.5.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**11.6.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**11.7.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**11.8.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada à vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**11.9.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**11.10.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11.11.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico do Município ou no Site: <https://blcompras.com/>.





## 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES DA LICITAÇÃO

**12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**12.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**12.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

**12.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**12.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**12.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**12.1.2.4.** Deixar de apresentar amostra;

**12.1.2.5.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**12.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**12.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**12.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**12.1.5.** Fraudar a licitação;

**12.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**12.1.6.1. Agir** em conluio ou em desconformidade com a lei;

**12.1.6.2. Induzir** deliberadamente a erro no julgamento;

**12.1.6.3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**12.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

**12.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**12.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**12.2.1.** Advertência;

**12.2.2.** Multa;

**12.2.3.** Impedimento de licitar e contratar e

**12.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a





própria autoridade que aplicou a penalidade.

**12.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**12.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**12.3.2.** As peculiaridades do caso concreto;

**12.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**12.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**12.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**12.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de ,5% a 15% do valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias teís, a contar da comunicação oficial.

**12.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**12.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**12.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**12.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**12.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 9.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**12.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

**12.10.** A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o





adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**12.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**12.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**12.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**12.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município de Céu Azul.

## 13. DA CONTRATAÇÃO

**13.1.** A contratação com os fornecedores será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de Ata de Registro de Preços ou por instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme Decreto Municipal nº 7.072/2023 e o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

**13.1.1.** Em “carta contrato”, "nota de empenho de despesa", "autorização de compra", "ordem de execução de serviço" ou outros instrumentos hábeis aplica-se, no que couber, o disposto no art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**13.2.** Como condição para celebração do Ata de Registro de Preços/Contrato, a licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.

**13.2.1.** Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**13.3.** A Ata de Registro de Preços/Contrato resultante deste certame terá a vigência pelo período de **12 (doze) meses**, (ou prazo inferior se assim previsto do Termo de Referência) podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

**13.4.** A partir de comunicado formal emitido pelo Município de Céu Azul, a licitante vencedora terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para proceder assinatura do instrumento contratual ou para encaminhar o mesmo assinado por correios ou transportadora ou via digital.

**13.4.1.** O prazo que trata o item 13.4 poderá, quando solicitado e justificado pelo proponente, ser prorrogado em conformidade com a legislação.

**13.4.2.** Se o licitante vencedor recusar-se a assinar o Contrato/Ata de Registro de Preços, injustificadamente, será aplicada a regra estabelecida no item 12.1.3 e 12.1.3.1 e procedida a convocação do próximo classificado nos termos do item 13.2.1 deste edital.

**13.5.** Decorridos 60 (sessenta) dias consecutivos da data da apresentação das propostas, sem a





comunicação para a assinatura da Ata de Registro de Preços/Contrato, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

**13.6.** Durante a vigência do Contrato, a licitante vencedor deverá manter as mesmas condições exigidas para Habilitação e classificação da proposta.

**13.7.** Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

**13.8.** O licitante vencedor obriga-se a apresentar documentação complementar que vier a ser exigida pelo Município para efeito de celebração do instrumento contratual.

**13.9.** Durante a vigência do Contrato/Ata de Registro de Preços o fornecimento será acompanhado e fiscalizado por servidor público designado para esse fim

**13.9.1.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

**13.10.** O início do fornecimento ocorrerá a partir da solicitação da Secretaria competente, mediante emissão do respectivo empenho e comunicação à contratada, devendo ser atendidas todas as condições detalhadas no termo de referência deste edital.

**13.10.1.** A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

**13.10.2.** A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

**13.10.3.** A contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

**13.11.** Demais condições contratuais constam da íntegra da Minuta de contrato, anexa a este Edital (Anexo 07).

## 14. DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**14.1.** O pagamento será realizado mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato, comprovando a execução das etapas previstas neste Termo de Referência.

Considerando a natureza do objeto (evento), o pagamento observará a origem dos recursos, conforme segue:

### **I – Quando os recursos forem provenientes do Município:**

O pagamento será efetuado de forma parcelada, conforme as seguintes etapas:

a) Até 50% (cinquenta por cento) do valor contratado, na semana de realização do evento, após a conclusão da montagem das estruturas, instalação dos equipamentos e disponibilização integral dos serviços contratados, mediante atesto do fiscal do contrato;

b) O saldo remanescente será pago em até 30 (trinta) dias após a realização do evento, mediante comprovação da execução integral dos serviços, incluindo desmontagem e regular conclusão contratual.





Para fins de liberação do pagamento da primeira parcela, será obrigatória a comprovação da efetiva execução da etapa de montagem e disponibilização dos serviços, mediante relatório do fiscal do contrato.

## II – Quando os recursos forem provenientes da SETU:

O pagamento será realizado integralmente após a execução do evento, ficando condicionado ao envio e aprovação, junto à SETU, da documentação comprobatória da realização do objeto, incluindo, mas não se limitando a, relatório de execução, registros fotográficos e demais documentos exigidos pelo órgão concedente.

O pagamento somente será efetuado após a efetiva liberação dos recursos pela SETU.

Em ambos os casos, o pagamento ficará condicionado à verificação da conformidade dos serviços prestados com as especificações contratuais, bem como à regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

Em caso de irregularidades na execução ou na documentação apresentada, o pagamento será suspenso até a devida regularização.

Os pagamentos serão realizados por meio de ordem bancária, para crédito em conta corrente indicada pela contratada.

Não será realizado pagamento antecipado, sendo o desembolso vinculado exclusivamente à execução das etapas contratuais devidamente atestadas.

**14.2.** O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta corrente indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

**14.3.** Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Céu Azul em favor do FORNECEDOR. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

**14.4.** Será retido do pagamento o Imposto de Renda, conforme o [Decreto Municipal nº 6.971/2023](#), bem como a [IN RFB nº 1234/2012](#), que trata da retenção do IR- Imposto de Renda no momento do pagamento da fatura. Para tanto, deverá informar na nota fiscal a retenção do IR, a base de cálculo, a alíquota, o valor a ser retido e o valor líquido da nota fiscal. Enquadrando-se nos casos de isenção ou dispensa de retenção tal fato deve constar na nota fiscal sob pena de retenção de ofício.

**14.5.** A (s) dotação (ões) orçamentária (s) que proverá (ão) o pagamento das obrigações do Município, estão previstas no Termo de Referência.

DOTAÇÕES							
Exercício da despesa	Referência	Órgão	Unidade	Ação	Plano	Vínculo	
2026	828	11	20	2048	3339039000000000000	2000	
					0		

**14.5.1.** As dotações indicadas estão sujeitas a alterações conforme as necessidades da Administração Pública Municipal.

## 15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**15.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**15.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não





haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**15.3.** Concluído o julgamento, a autoridade superior competente promoverá a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor e a homologação do resultado.

**15.3.1.** Não havendo vencedor para algum dos lotes, seja por resultar frustrado ou por restar deserto, o processo será remetido à assessoria jurídica para parecer quanto a possibilidade de sua homologação.

**15.3.2.** Homologada a licitação pela autoridade competente, o Município de Céu Azul firmará a contratação com o PROPONENTE VENCEDOR visando à execução do objeto desta licitação nos termos da Minuta que integra este Edital.

**15.3.3.** Sendo a licitação homologada como deserta ou frustrada na íntegra, ou seja, quando não houver vencedor para qualquer dos lotes, será promovido o arquivamento do processo apenas.

**15.4.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**15.5.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**15.6.** Caberá aos gestores e fiscais a plena observância ao Decreto Municipal 7.072/2023, o qual dispõe sobre rotinas administrativas aplicáveis à gestão e fiscalização de contratos no âmbito da Administração Municipal.

**15.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**15.8.** Na análise dos documentos de habilitação e classificação, o agente de contratação/comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**15.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**15.10.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**15.11.** Nos casos de divergência ou equívocos encontrados no edital no momento da sessão ou análise da documentação, os Agentes de Contratação/Comissão de licitação poderão sanar os equívocos registrando em Ata e dando conhecimento a todos.

**15.12.** As atribuições do pregoeiro /agente de contratação estão descritas no artigo 55 do Decreto

**15.13.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.ceuazul.pr.gov.br/transparencia/administracao/extratos-licitacoes> .





## 16. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

**I** – Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática colusiva”:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”:** causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “prática obstrutiva”:** (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista no Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

**II** – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

**III** – Considerando os propósitos das cláusulas acima, a licitante contratada, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Céu Azul, 28 de abril de 2026

**LAURINDO SPEROTTO**  
Prefeito





## ANEXO 01 – TERMO DE REFERÊNCIA

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026 –M.C.A. – Forma Eletrônica.

**Objeto: Contratação de empresa especializada na produção e organização de uma Etapa Nacional de Rodeio, com experiência comprovada na realização de eventos similares, garantindo qualidade técnica, segurança e profissionalismo**

## TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO – Especificação dos Serviços

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. JUSTIFICATIVA

As festividades alusivas ao 60º aniversário de emancipação do Município de Céu Azul serão realizadas entre os dias 09 e 11 de outubro de 2026, constituindo evento oficial de grande relevância para a comunidade local e regional. Trata-se de celebração tradicional que integra atividades culturais, apresentações artísticas, programação recreativa e ações voltadas ao fortalecimento da identidade histórica e cultural do Município.

A realização do evento tem como objetivo celebrar seis décadas de história, desenvolvimento e conquistas da comunidade céuazulense, promovendo momentos de integração social, valorização das tradições locais e estímulo ao sentimento de pertencimento da população. A programação será estruturada de forma a contemplar diferentes públicos, com atrações culturais e musicais que assegurem ampla participação popular.

A organização das festividades exige planejamento adequado, infraestrutura compatível com o porte do evento e contratação de atrações artísticas capazes de proporcionar entretenimento de qualidade, garantindo segurança, organização e excelência técnica nas apresentações.

Além de sua relevância cultural e histórica, o evento comemorativo configura importante vetor de desenvolvimento econômico, pois atrai visitantes de municípios vizinhos e da região Oeste do Paraná, movimentando o comércio local, a rede hoteleira, o setor de alimentação e demais serviços. A programação festiva contribui para a geração de empregos temporários e para o fortalecimento das atividades econômicas do Município.

As comemorações desempenham papel essencial na promoção do desenvolvimento local e na valorização da identidade cultural de Céu Azul, constituindo espaço democrático de encontro entre famílias, comerciantes, produtores e visitantes. O evento proporciona lazer acessível à população, incentiva a convivência comunitária e fortalece os laços sociais.

Dessa forma, o apoio institucional e a realização das festividades justificam-se plenamente pelo seu caráter de interesse público, relevância cultural e potencial impacto socioeconômico,





consolidando-se como política pública voltada ao desenvolvimento sustentável e ao bem-estar da população.

Assim, as comemorações dos 60 anos do Município, a serem realizadas de 09 a 11 de outubro de 2026, representarão marco histórico para Céu Azul, reunindo tradição, cultura, entretenimento e orgulho para toda a comunidade.

## 2. OBJETIVO

O presente termo tem por objetivo:

- Contratar empresa especializada na produção e organização de uma Etapa Nacional de Rodeio, com experiência comprovada na realização de eventos similares, garantindo qualidade técnica, segurança e profissionalismo;
- Fornecer, montar, operar e desmontar toda a estrutura física necessária à realização do rodeio, incluindo arena, bretes, currais, arquibancadas, cercas de contenção, camarotes, banheiros químicos e demais instalações correlatas;
- Disponibilizar equipamentos de iluminação e sonorização de alta qualidade, adequados para eventos noturnos e ao ar livre, assegurando visibilidade e experiência sonora compatível com o porte do evento;
- Providenciar equipe técnica e operacional especializada, composta por locutores de rodeio, juízes de arena, salva-vidas, tropeiros, equipe de manejo animal, seguranças e brigadistas, garantindo o bom andamento do rodeio e a segurança dos participantes e do público;
- Assegurar o cumprimento das normas de bem-estar animal e da legislação vigente, com a infraestrutura apropriada aos animais utilizados, respeitando critérios de segurança, alimentação e descanso;
- Integrar a programação artística e cultural do rodeio à agenda oficial das festividades alusivas ao 60º aniversário de emancipação do Município de Céu Azul, promovendo entretenimento de qualidade que valorize a cultura sertaneja e as tradições locais;
- Garantir a segurança do público e dos participantes, mediante o cumprimento de todas as exigências técnicas e legais relacionadas à prevenção de acidentes e ao controle de acesso;
- Contribuir para a promoção das festividades como evento tradicional e estratégico para o desenvolvimento cultural e econômico de Céu Azul, consolidando o rodeio como seu principal atrativo.

## 3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

### 3.1 Lote 01

Nº Lote	Nº Item	Qtde. Estimada	Uni.	Descrição do serviço	Valor Unitário	Valor Total
1	1	1	UNI	<b>PAINÉIS DE LED FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE:</b>	R\$ 9.666,80	R\$ 9.666,80





				<p>- 02 PAINÉIS DE LED P04 OUTDOOR, DE ALTA RESOLUÇÃO, MEDINDO 4M X 3M CADA; 70 METROS DE TRELIÇAS DE ALUMÍNIO MODELO K30; - 02 PROCESSADORES LED 5. - PAINÉIS DE LEDS P04 (FORFACE TELÃO DE 4 LADOS) OUTDOOR DE ALTA RESOLUÇÃO 6MX4,5M, 70 METROS DE TRELIÇAS DE ALUMÍNIO K30 I.P, 2 PROCESSADORES LED 5; A SER INSTALADO NO CENTRO DA ARENA. OS MESMOS SERÃO UTILIZADOS PARA A TRANSMISSÃO SIMULTÂNEA DO RODEIO QUE ACONTECERÁ NOS DIAS DO REFERIDO EVENTO, SENDO DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA A REFERIDA FILMAGEM E TRANSMISSÃO.</p> <p>OS EQUIPAMENTOS DEVERÃO SER MONTADOS NOS LOCAIS DETERMINADOS PELA CONTRATANTE, UTILIZADOS PARA A TRANSMISSÃO SIMULTÂNEA DO RODEIO NOS DIAS DO EVENTO. SERÁ RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA REALIZAR A FILMAGEM E TRANSMISSÃO AO VIVO.</p>		
1	2	1	UNI	<b>ILUMINAÇÃO DE ARENA</b>  FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO COMPLETO, COMPOSTO POR:  - 10 TORRES DE TRELIÇAS MODELO Q30 - 10 REFLETORES LED DE 300W - 10 EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO DE EFEITOS MOVING BEAM 200 A PROVA D" ÁGUA - 10 UNIDADES DE MINI BRUTES PARA ILUMINAÇÃO BRANCA 08 UNIDADES DE HQI 2000W PARA ILUMINAÇÃO BRANCA 01 CANHÃO SEGUIDOR	R\$ 20.900,00	R\$ 20.900,00





# MUNICÍPIO DE CÉU AZUL

				- 03 MÁQUINAS DE FUMAÇA DE 3000W		
1	3	40	UNI	<b>ARQUIBANCADAS</b>  ESTRUTURA DE ARQUIBANCADAS COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES, <b>DEVENDO SEGUIR OBRIGATORIAMENTE AS NORMATIVAS BRASILEIRAS E DO CORPO DE BOMBEIROS:</b>  - 40 METROS LINEARES DE ARQUIBANCADAS COM 9 DEGRAUS, CAPACIDADE APROXIMADA PARA 2.000 PESSOAS; - ESCADARIAS COM 2,00 M DE LARGURA, GUARDA-CORPO E CORRIMÃO; - PASSARELA DE ACESSO COM 1,20 M DE LARGURA MÍNIMA; - TÁBUAS DE ASSENTO COM LARGURA MÍNIMA DE 75 CM; - GUARDA-CORPO FRONTAL COM ALTURA MÍNIMA DE 1,10 M E POSTERIOR DE 1,80 M, CONFORME NORMAS DE ACESSIBILIDADE E DO CORPO DE BOMBEIROS; ESTRUTURA EM PERFIS METÁLICOS TIPO "U", COM PASSARELAS, ASSENTOS E ESCADA EM MADEIRITE NAVAL - SAPATAS ROSQUEADAS NOS MONTANTES, CHAPAS DE AÇO COM 6 MM DE ESPESSURA, DIMENSÕES 150X150 MM OU CIRCULARES COM 150 MM DE DIÂMETRO; BLOCOS INDEPENDENTES INTERCALADOS POR TRELIÇAS DE TRAVAMENTO, CONFORME NBR 6402 E NBR 8681 (AÇO E SEGURANÇA EM ESTRUTURAS).	R\$ 866,68	R\$ 34.667,20
1	4	36	UNI	<b>CAMAROTES</b>  ESTRUTURA PARA MONTAGEM DE 36 CAMAROTES, EM UM BLOCO ÚNICO, <b>DEVENDO SEGUIR OBRIGATORIAMENTE AS NORMATIVAS BRASILEIRAS E DO</b>	R\$ 1.055,50	R\$ 37.998,00





				<p><b>CORPO DE BOMBEIROS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- DIMENSÕES DE CADA CAMAROTE: 2,33 M X 3,00 M, TOTALIZANDO 1.173 M<sup>2</sup>, MONTADOS CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, NORMATIVAS BRASILEIRAS E INSTRUÇÕES DO CORPO DE BOMBEIROS;</li><li>- ESTRUTURA METÁLICA TUBULAR PINTADA, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO E APRESENTAÇÃO, CONFECCIONADA COM TUBOS SAE 1010/1020;</li><li>- CONTRAVENTAMENTOS LATERAIS EM PAINÉIS TRELIÇADOS FIXADOS POR PINOS E TRAVAS DE ENCAIXE;</li><li>- ESCADAS COM GUARDA-CORPO E CORRIMÃO;</li><li>- OSSATURA DOS ASSENTOS É FORMADO POR PERFIL METÁLICOS, FECHADOS COM COMPENSADO NAVAL (COLA FENÓLICA), APARAFUSADOS OU ARREBITADOS NA OSSATURA METÁLICA, A MONTAGEM DOS PAINÉIS É FEITA ATRAVÉS DE ENCAIXES PERFEITAMENTE ALINHADOS, TRAVAS E PINO;</li><li>- NIVELAMENTO COM MACACOS MECÂNICOS TIPO PARAFUSO, PORCA E BORBOLETA;</li><li>- ESTRUTURA DIMENSIONADA PARA SUPORTAR CARGA DE 450 KG/M<sup>2</sup>, CONFORME NBR 6120/1980;</li><li>- PISO EMBORRACHADO EM MADEIRA TIPO OSB.</li></ul> <p>A MONTAGEM DEVERÁ SER CONCLUÍDA ATÉ 07/10/2026, CONFORME NORMAS DA ABNT, CORPO DE BOMBEIROS E LEGISLAÇÃO MUNICIPAL. SERÃO DISPONIBILIZADOS 5 CAMAROTES AO CONTRATANTE.</p>		
1	5	1	UNI	<b>ARENA, BRETES, CURRAIS E EMBARCADOR</b>	R\$ 22.000,00	R\$ 22.000,00





# MUNICÍPIO DE CÉU AZUL

				<p>A ARENA DEVERÁ ATENDER AOS SEGUINTE REQUISITOS:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- ARENA PARA RODEIOS EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, NOS PADRÕES EXIGIDOS;</li><li>- 08 BRETES FRONTAIS, SENDO 04 DE CADA LADO, TODOS COM PORTEIRA;</li><li>- 03 BRETES DE FUNDO EM CADA LADO;</li><li>- CURRAIS COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 30 ANIMAIS;</li><li>- 02 PASSARELAS DE TRAVESSIA;</li><li>- 06 PORTÕES DE ACESSO, MEDINDO 3,00 M DE LARGURA CADA</li></ul>		
1	6	1	SER	<p><b>DECORAÇÃO DO CAMAROTE, ARQUIBANCADA E CAMARIM DO RODEIO</b></p> <p><b>CAMAROTES:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- 36 CAMAROTES, SENDO QUE CADA CAMAROTE DEVERÁ CONTER</li><li>- 1 MESA E 4 CADEIRAS, REVESTIDOS COM TECIDOS ANTICHAMAS, CORES A SEREM DEFINIDAS E APROVADAS PELA CONTRATANTE</li><li>- DECORAÇÃO EM LYCRA TENSIONADA COM TECIDO ANTICHAMAS, COBRINDO A PARTE FRONTAL E POSTERIOR DE TODOS OS CAMAROTES, CORES A SEREM DEFINIDAS E APROVADAS PELA CONTRATANTE;</li><li>- MATERIAIS EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, LIMPEZA E APRESENTAÇÃO.</li></ul> <p><b>CAMARIM:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- DECORAÇÃO COM ESPELHOS GRANDES, MESAS, CADEIRAS, SOFÁS, APARADORES, TAPETES, PISO CARPETADO, ENTRE OUTROS.</li></ul> <p><b>ARQUIBANCADAS:</b></p>	R\$ 22.333,37	R\$ 22.333,37





# MUNICÍPIO DE CÉU AZUL

				<ul style="list-style-type: none"><li>- REVESTIMENTO EM LYCRA TENSIONADA COM TECIDO ANTICHAMAS EM TODA A PARTE FRONTAL E POSTERIOR;</li><li>- CORES A SEREM DEFINIDAS E APROVADAS PELA CONTRATANTE;</li><li>- MATERIAIS EM EXCELENTE ESTADO DE CONSERVAÇÃO, LIMPEZA E APRESENTAÇÃO.</li></ul>		
1	7	1	SER	<b>ASSESSORIA DE CAMARIM DO RODEIO</b>  SERÁ RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:  <ul style="list-style-type: none"><li>- CUSTEIO DE ALIMENTAÇÃO DURANTE TODO O PERÍODO DE ESTADIA DOS ARTISTAS E EQUIPE TÉCNICA;</li><li>- TRANSPORTE INTERNO E EXTERNO NO MUNICÍPIO;</li></ul> HOSPEDAGEM DA EQUIPE TÉCNICA NO PERÍODO DE 09 A 11 DE OUTUBRO DE 2026	R\$ 26.666,70	R\$ 26.666,70
1	8	1	SER	<b>01 GERADOR DE ENERGIA PARA O RODEIO</b>  SERÁ RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:  <ul style="list-style-type: none"><li>- DISPONIBILIZAR SISTEMA DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA SUFICIENTE PARA SUPRIR INTEGRALMENTE A DEMANDA DO RODEIO, POR MEIO DE GERADORES PRÓPRIOS, DEVIDAMENTE DIMENSIONADOS PARA ATENDER À CARGA NECESSÁRIA, GARANTINDO A SEGURANÇA E A CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES;</li><li>- CASO A CONTRATADA OPTE POR NÃO DISPONIBILIZAR GERADORES PRÓPRIOS E VENHA A UTILIZAR A REDE ELÉTRICA DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES, DEVERÁ EFETUAR O PAGAMENTO AO MUNICÍPIO DO VALOR CORRESPONDENTE AO</li></ul>	R\$ 13.933,35	R\$ 13.933,35





# MUNICÍPIO DE CÉU AZUL

				<p>CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA, MEDIANTE RECOLHIMENTO POR MEIO DE DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL (DAM), PREVIAMENTE APURADO PELA ADMINISTRAÇÃO, ANTES DA REALIZAÇÃO DO EVENTO OU CONFORME DEFINIDO PELA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL.</p> <p>O FORNECIMENTO DE ENERGIA DEVERÁ ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES, SENDO A CONTRATADA INTEGRALMENTE RESPONSÁVEL POR EVENTUAIS DANOS, SOBRECARGAS OU PREJUÍZOS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO INADEQUADA DO SISTEMA ELÉTRICO.</p>		
1	9	1	UNI	<p><b>LOCAÇÃO DE GUINDASTE PARA PAINEL DE LED OUTDOOR</b></p> <p>- LOCAÇÃO DE 01 (UM) GUINDASTE PARA LEVANTAR CUBO CENTRAL PAINEL DE LED OUTDOOR COM NO MÍNIMO CAPACIDADE 70 TONELADAS COM 46 METROS DE LANÇA. COM OS SEGUINTE DOCUMENTOS ART DE GUINDASTE E ART DE PLANO DE IÇAMENTO.</p> <p><b><u>TODA A ESTRUTURA DEVERÁ ESTAR MONTADA ATÉ 07/10/2026, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, ATENDENDO INTEGRALMENTE AS NORMAS TÉCNICAS E REGULAMENTARES.</u></b></p>	R\$ 21.100,00	R\$ 21.100,00
1	10	1	UNI	<p><b>01 PRODUTOR DE MÍDIA</b></p> <p>PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA CRIAÇÃO DE CONTEÚDO, MARKETING PARA DIVULGAÇÃO E TRANSMISSÃO EM MÍDIAS E REDES SOCIAIS DO EVENTO RODEIO SHOW 2026 BEM COMO PELO CERIMONIAL DA ABERTURA AO ENCERRAMENTO DO RODEIO.</p>	R\$ 5.833,50	R\$ 5.833,50
1	11	1	UNI	<p><b>01 DIRETOR DE RODEIO</b></p>	R\$ 6.900,00	R\$ 6.900,00





# MUNICÍPIO DE CÉU AZUL

				PROFISSIONAL ENCARREGADO DE ORGANIZAR O RODEIO, GARANTINDO O CUMPRIMENTO DOS HORÁRIOS E EVITANDO ATRASOS.		
1	12	2	UNI	<b>02 JUÍZES DE RODEIO</b>  - PROFISSIONAIS RENOMADOS E ATUALIZADOS COM AS REGRAS VIGENTES, RESPONSÁVEIS PELO JULGAMENTO DAS COMPETIÇÕES.  OPÇÕES DE PROFISSIONAIS A SEREM CONTRATADOS PELA EMPRESA VENCEDORA:  - HELTON BARBOSA - MARCELO ARAÚJO - JÚLIO MATTOZINHO - SILVANEY CARVALHO - PAULO HENRIQUE - JEFERSON BARBOSA - LEANDRO NEVES <b>OBS.:</b> CASO SEJA INDICADO OUTRO PROFISSIONAL, SERÁ OBRIGATÓRIA A APRESENTAÇÃO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA E A APROVAÇÃO PELA COMISSÃO ORGANIZADORA.	R\$ 3.241,70	R\$ 6.483,40
1	13	1	UNI	<b>02 LOCUTORES DE RODEIO</b>  PROFISSIONAIS RENOMADOS PARA A NARRAÇÃO DO RODEIO DURANTE TODA A REALIZAÇÃO DO  OPÇÕES DE PROFISSIONAIS A SEREM CONTRATADOS PELA EMPRESA VENCEDORA:  - ALMIR CAMBRAVALTINHO DOS SANTOS - NIVALDO TEXANO - HUMBERTO JUNIOR - MARCO BRASIL FILHO - CLAUDINEI MATIAS - RODRIGO MOTTA - LUCIANO OLIVEIRA - RICARDO MARTINS - MARCO BRASIL	R\$ 35.333,40	R\$ 35.333,40





# MUNICÍPIO DE CÉU AZUL

				- FAGNER RANGEL <b>OBS.:</b> OUTROS PROFISSIONAIS SOMENTE MEDIANTE COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO TÉCNICA E APROVAÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA		
1	14	2	UNI	<b>02 PORTEIROS</b> PROFISSIONAIS EXPERIENTES RESPONSÁVEIS PELA ABERTURA DOS BRETES, QUANDO AUTORIZADOS PELO PEÃO.  OPÇÕES DE PROFISSIONAIS A SEREM CONTRATADOS PELA EMPRESA VENCEDORA:  - JAPONÊS (LEANDRO) - FÁBIO SOLERA - CLEBER PERPÉTUO - JEFERSON RAMOS  <b>OBS.:</b> OUTROS PROFISSIONAIS SOMENTE MEDIANTE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA E APROVAÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA	R\$ 1.583,50	R\$ 3.167,00
1	15	1	UNI	<b>01 LAÇADOR</b> PROFISSIONAL ESPECIALIZADO RESPONSÁVEL PELA RETIRADA DOS ANIMAIS DA ARENA, QUANDO SOLICITADO OU CONSTATADA A NECESSIDADE. O PROFISSIONAL DEVERÁ POSSUIR ANIMAIS PARA MANEJO E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO TRABALHO.  OPÇÕES DE PROFISSIONAIS A SEREM CONTRATADOS PELA EMPRESA VENCEDORA:  - LEONARDO SILVESTRE - SCATOLIN - ÂNGELO ROSSETO - GABRIEL SEVERINO - DUDU SALESSE	R\$ 7.833,40	R\$ 7.833,40





# MUNICÍPIO DE CÉU AZUL

				<b>OBS.: OUTROS PROFISSIONAIS SOMENTE MEDIANTE COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO TÉCNICA É APROVAÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA.</b>		
1	16	3	UNI	<b>03 SALVA-VIDAS</b>  PROFISSIONAIS TREINADOS E CAPACITADOS PARA GARANTIR A SEGURANÇA DOS COMPETIDORES DENTRO DA ARENA.  OPÇÕES DE PROFISSIONAIS A SEREM CONTRATADOS PELA EMPRESA VENCEDORA:  - BABUÍNO - BIBI (FABRÍCIO) - IGOR BURGUEIS - MICHEL ANDERSON - ALAN BAKAL - JOÃO BREDÁ - DODÔ BARRETO - CIGANO  <b>OBS.: OUTROS PROFISSIONAIS SOMENTE MEDIANTE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA E APROVAÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA.</b>	R\$ 2.416,70	R\$ 7.250,10
1	17	1	UNI	<b>01 COMENTARISTA</b>  PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA NARRAÇÃO COMENTADA DAS MONTARIAS. OPÇÕES DE PROFISSIONAIS A SEREM CONTRATADOS PELA EMPRESA VENCEDORA:  - ESNAR RIBEIRO - TIAGO ARANTES - RODRIGO XUXA - FERNANDO ELIAS - REICH HERNANDES  <b>OBS.: OUTROS PROFISSIONAIS SOMENTE MEDIANTE COMPROVAÇÃO TÉCNICA E APROVAÇÃO PELA COMISSÃO ORGANIZADORA.</b>	R\$ 5.833,40	R\$ 5.833,40





# MUNICÍPIO DE CÉU AZUL

1	18	1	UNI	<b>01 LOCUTOR COMERCIAL</b>  PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA DIVULGAÇÃO DOS PATROCINADORES DO EVENTO. OPÇÕES DE PROFISSIONAIS A SEREM CONTRATADOS PELA EMPRESA VENCEDORA:  - FABÃO POTÊNCIA - JOCA - MAURO CÉSAR - CELSO RUSSO - ADRIANO SILVA  <b>OBS.:</b> OUTROS PROFISSIONAIS SOMENTE MEDIANTE COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO TÉCNICA E APROVAÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA.	R\$ 5.833,53	R\$ 5.833,53
1	19	1	UNI	<b>REALIZAÇÃO DE NO MÍNIMO 03 SHOWS PIROMUSICAIS, SENDO FOGOS DE EFEITOS VISUAIS BAIXE ESTAMPIDO</b>  - FOGOS DE EFEITOS VISUAIS DE BAIXO ESTAMPIDO, COMPUTADORIZADOS, ACOMPANHANDO O RITMO MUSICAL, CONFORME NORMAS DO CORPO DE BOMBEIROS E LEGISLAÇÃO MUNICIPAL. - AS MÚSICAS SERÃO DEFINIDAS PELA COMISSÃO ORGANIZADORA; - TODAS AS NOITES INCLUIRÁ DESENHOS DE FOGO NA ARENA, ABERTURA GLOBAL AO REDOR COM CHUVAS DE PRATA E CRUZAMENTOS "CRACKLING", TORTA CHINESA COM EFEITOS ESPECIAIS E MINISHOW EM DESENHO DO LOCUTOR; - SHOW COM BATERIA TOTALIZANDO 2.500 TIROS ESPECIAIS; - SALVAS DE MORTEIROS EM CORES VARIADAS (VERDE, PRATA, VERMELHA) E EFEITOS ESPECIAIS; - INCLUSÃO DE POMBINHA DA PAZ PARA ACENDER A CASCATA;	R\$ 32.000,00	R\$ 32.000,00





			<ul style="list-style-type: none"><li>- CASCATA/CACHOEIRA COM 30 METROS DE COMPRIMENTO;</li><li>- GIRÂNDOLA COM 18 TUBOS, COM EFEITO DE EXPLOSÃO DE COR;</li><li>- SALVA DE MORTEIROS COM EFEITOS “CHORÃO” E CENTRO AZUL;</li><li>- SALVA DE MORTEIROS COM EFEITOS AZUL E CENTRO “CHORÃO”;</li><li>- EXECUÇÃO POR PROFISSIONAL BLASTER HABILITADO, ACOMPANHADO DE CARTEIRA DE BLASTER;</li><li>- ALVARÁ DA EMPRESA RESPONSÁVEL PELO FORNECIMENTO E TRANSPORTES DOS MATERIAIS DE FOGOS DE ARTIFÍCIOS JUNTOS A DEAM – DELEGACIA DE EXPLOSIVOS, ARMAS E MUNIÇÕES;</li></ul> <p><b>O MUNICÍPIO DE CÉU AZUL SE ISENTA DE QUALQUER RESPONSABILIDADE POR ACIDENTES OU TRANSTORNOS OCORRIDOS.</b></p>		
--	--	--	---	--	--





# MUNICÍPIO DE CÉU AZUL

1	20	1	SER	<b>SHOW DE ADESTRAMENTO COM CAVALOS DA RAÇA FRIESIAN</b>  COMPROVAÇÃO PARA FASE DE HABILITAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DOS CAVALOS (PARA NO MÍNIMO TRÊS DIAS DE EVENTO DE QUALIDADE ATRAVÉS DE IMAGENS DE MÍDIAS SOCIAIS, FACEBOOK, INSTAGRAM ETC...	R\$ 21.666,70	R\$ 21.666,70
1	21	1	UNI	<b>01 VETERINÁRIO</b>  - RESPONSÁVEL PELA RECEPÇÃO, ACOMPANHAMENTO E BEM-ESTAR DOS ANIMAIS PARTICIPANTES, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE; - PROFISSIONAL COM REGISTRO JUNTO À COORDENADORIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA;  ESTE PROFISSIONAL ESTARÁ VINCULADO TAMBÉM A TODAS AS PROVAS QUE ACONTECERÃO DO INÍCIO AO TÉRMINO DO RODEIO.	R\$ 5.166,70	R\$ 5.166,70
1	22	1	SER	<b>01 ETAPA DE CIRCUITO NACIONAL DE RODEIO CLASSIFICATÓRIA PARA BARRETOS - SP</b>  - GARANTIR AO PEÃO CAMPEÃO DO RODEIO A PARTICIPAÇÃO NO EVENTO NACIONAL DE BARRETOS (BARRETÃO), REPRESENTANDO O MUNICÍPIO DE CÉU AZUL. - CIRCUITO REGULARIZADO CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE; - ETAPA TRANSMITIDA ONLINE PELAS REDES SOCIAIS; - FORNECIMENTO DE 30 TOUROS PARA MONTARIA.  OPÇÕES DE CIRCUITOS: - CIRCUITO RANCHO PRIMAVERA (CRP); - PBR; - LNR (LIGA NACIONAL DE RODEIO).	R\$ 33.500,00	R\$ 33.500,00
1	23	1	SER	<b>SEGURO EM FAVOR DOS PEÕES E</b>	R\$	R\$





# MUNICÍPIO DE CÉU AZUL

				PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS (SALVA-VIDAS, DOMADORES, PORTEIROS, JUÍZES, LOCUTORES ETC.), COM COBERTURA MÍNIMA DE R\$ 140.000,00 POR MORTE, INVALIDEZ PERMANENTE OU TEMPORÁRIA, INCLUINDO DESPESAS MÉDICAS E HOSPITALARES, COM VALIDADE DE 5 ANOS.  ENTREGAR NA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ANTES DO INÍCIO DA FESTA, CÓPIA DA APÓLICE DE SEGURO.	3.933,45	3.933,45
1	24	1	SER	PREMIAÇÃO PARA OS CINCO PRIMEIROS COLOCADOS NA COMPETIÇÃO EM TOUROS. 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS)	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
						R\$ 405.000,00

A empresa vencedora terá direito à venda, comercialização e exploração comercial dos camarotes e patrocínios na área da arena de rodeio exceto no palco. Os dias de evento serão abertos ao público com entrada gratuita ao rodeio e aos shows, exceto no acesso aos camarotes, sendo obrigatório manter as vias públicas de acesso livres e desobstruídas.

## Item 01 – PAINÉIS DE LED

Fornecimento e instalação de:

- 02 painéis de LED P04 outdoor, de alta resolução, medindo 4m x 3m cada;
- 70 metros de treliças de alumínio modelo K30;
- 02 processadores LED 5.
- Painéis de Leds P04 (Forface telão de 4 lados) outdoor de alta resolução 6mx4,5m, 70 metros de treliças de alumínio k30 I.p, 2 processadores led 5; a ser instalado no centro da arena.

Os mesmos serão utilizados para a transmissão simultânea do rodeio que acontecerá nos dias do referido evento, sendo de responsabilidade da empresa contratada a referida filmagem e transmissão.

Os equipamentos deverão ser montados nos locais determinados pela contratante, utilizados para a transmissão simultânea do rodeio nos dias do evento. Será responsabilidade da empresa contratada realizar a filmagem e transmissão ao vivo.

## Item 02 – ILUMINAÇÃO DE ARENA

Fornecimento e instalação de sistema de iluminação completo, composto por:

- \* 10 torres de treliças modelo Q30;
- \* 10 refletores LED de 300W;
- 10 equipamentos de iluminação de efeitos Moving Beam 200, à prova





d'água;

- 10 unidades de mini brutes para iluminação branca;
- 08 unidades de HQI 2000W para iluminação branca;
- 01 canhão seguidor;
- 03 máquinas de fumaça de 3000W

### Item 03 – ARQUIBANCADAS

Estrutura de arquibancadas com as seguintes especificações, **devendo seguir obrigatoriamente as normativas brasileiras e do corpo de bombeiros:**

- 40 metros lineares de arquibancadas com 9 degraus, capacidade aproximada para 2.000 pessoas;
- Escadarias com 2,00 m de largura, guarda-corpo e corrimão;
- Passarela de acesso com 1,20 m de largura mínima;
- Tábuas de assento com largura mínima de 75 cm;
- Guarda-corpo frontal com altura mínima de 1,10 m e posterior de 1,80 m, conforme normas de acessibilidade e do Corpo de Bombeiros;
- Estrutura em perfis metálicos tipo “U”, com passarelas, assentos e escadas em madeirite naval;
- Sapatas rosqueadas nos montantes, chapas de aço com 6 mm de espessura, dimensões 150x150 mm ou circulares com 150 mm de diâmetro;
- Blocos independentes intercalados por treliças de travamento, conforme NBR 6402 e NBR 8681 (aço e segurança em estruturas).

### Item 04 – CAMAROTES

Estrutura para montagem de 36 camarotes, em um bloco único, **devendo seguir obrigatoriamente as normativas brasileiras e do corpo de bombeiros:**

- Dimensões de cada camarote: 2,33 m x 3,00 m, totalizando 1.173 m<sup>2</sup>, montados conforme especificações técnicas, normativas brasileiras e instruções do corpo de bombeiros;
- Estrutura metálica tubular pintada, em perfeitas condições de uso e apresentação, confeccionada com tubos SAE 1010/1020;
- Contraventamentos laterais em painéis treliçados fixados por pinos e travas de encaixe;
- Escadas com guarda-corpo e corrimão;
- Ossatura dos assentos é formado por perfil metálicos, fechados com compensado naval (cola fenólica), aparafusados ou arrebitados na ossatura metálica, a montagem dos painéis é feita através de encaixes perfeitamente alinhados, travas e pino;
- Nivelamento com macacos mecânicos tipo parafuso, porca e borboleta;
- Estrutura dimensionada para suportar carga de 450 kg/m<sup>2</sup>, conforme NBR 6120/1980;
- Piso emborrachado em madeira tipo OSB.

A montagem deverá ser concluída até 07/10/2026, conforme normas da ABNT, Corpo de Bombeiros e legislação municipal.





## **Serão disponibilizados 5 camarotes ao contratante**

### **Item 05 – ARENA, BRETES, CURRAIS E EMBARCADOR**

A arena deverá atender aos seguintes requisitos:

- Arena para rodeios em bom estado de conservação, nos padrões exigidos;
- 08 bretes frontais, sendo 04 de cada lado, todos com porteira;
- 03 bretes de fundo em cada lado;
- Currais com capacidade mínima para 30 animais;
- 02 passarelas de travessia;
- 06 portões de acesso, medindo 3,00 m de largura cada.

### **Item 06 – DECORAÇÃO DO CAMAROTE, ARQUIBANCADA E CAMARIM DO RODEIO**

#### **Camarotes:**

- 36 camarotes, sendo que cada camarote deverá conter 1 mesa e 4 cadeiras, revestidos com tecidos antichamas, cores a serem definidas e aprovadas pela contratante;
- Decoração em lycra tensionada com tecido antichamas, cobrindo a parte frontal e posterior de todos os camarotes, cores a serem definidas e aprovadas pela contratante;
- Materiais em perfeito estado de conservação, limpeza e apresentação.

#### **Camarim:**

- Decoração com espelhos grandes, mesas, cadeiras, sofás, aparadores, tapetes, piso carpetado, entre outros.

#### **Arquibancadas:**

- Revestimento em lycra tensionada com tecido antichamas em toda a parte frontal e posterior;
- Cores a serem definidas e aprovadas pela contratante;
- Materiais em excelente estado de conservação, limpeza e apresentação.

### **Item 07 – ASSESSORIA DE CAMARIM DO RODEIO**

Será responsabilidade da contratada:

- Custeio de alimentação durante todo o período de estadia dos artistas e equipe técnica;
- Transporte interno e externo no município;
- Hospedagem da equipe técnica no período de 09 e 11 de outubro de 2026.

### **Item 08 – ENERGIA PARA O RODEIO**

Será responsabilidade da contratada:

- Disponibilizar sistema de fornecimento de energia elétrica suficiente para suprir integralmente a demanda do Rodeio, por meio de geradores próprios, devidamente dimensionados para atender à carga necessária, garantindo a segurança e a continuidade das atividades;





- Caso a CONTRATADA opte por não disponibilizar geradores próprios e venha a utilizar a rede elétrica do Parque de Exposições, deverá efetuar o pagamento ao Município do valor correspondente ao consumo de energia elétrica, mediante recolhimento por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), previamente apurado pela Administração, antes da realização do evento ou conforme definido pela fiscalização contratual.

**O fornecimento de energia deverá atender às normas técnicas vigentes, sendo a CONTRATADA integralmente responsável por eventuais danos, sobrecargas ou prejuízos decorrentes da utilização inadequada do sistema elétrico.**

## **Item 09 – LOCAÇÃO DE GUINDASTE PARA PAINEL DE LED OUTDOOR**

- Locação de 01 (um) Guindaste para levantar cubo central Painel de LED outdoor com no mínimo capacidade 70 toneladas com 46 metros de lança. Com os seguintes documentos ART de Guindaste e ART de plano de içamento.

**Toda a estrutura deverá estar montada até 07/10/2026, em perfeito estado de conservação, atendendo integralmente as normas técnicas e regulamentares.**

## **4. ORGANIZAÇÃO DO RODEIO**

A empresa contratada deverá fornecer os seguintes profissionais e serviços:

### **✓ 01 PRODUTOR DE MÍDIA**

Profissional responsável pela criação de conteúdo, marketing para divulgação e transmissão em mídias e redes sociais do evento Rodeio Show 2026, bem como pelo cerimonial da abertura ao encerramento do rodeio.

### **✓ 01 DIRETOR DE RODEIO**

Profissional encarregado de organizar o rodeio, garantindo o cumprimento dos horários e evitando atrasos.

### **✓ 02 JUÍZES DE RODEIO**

Profissionais renomados e atualizados com as regras vigentes, responsáveis pelo julgamento das competições.

Opções de profissionais a serem contratados pela empresa vencedora:

- Helton Barbosa
- Marcelo Araújo
- Júlio Mattozinho
- Silvaney Carvalho
- Paulo Henrique
- Jeferson Barbosa
- Leandro Neves

**Obs.:** Caso seja indicado outro profissional, será obrigatória a apresentação de atestado de capacidade técnica e a aprovação pela comissão organizadora.





## ✓ 02 LOCUTORES DE RODEIO

Profissionais renomados para a narração do rodeio durante toda a realização do

Opções de profissionais a serem contratados pela empresa vencedora:

- Almir Cambra
- Valtinho dos Santos
  
- Nivaldo Texano
- Humberto Junior
- Marco Brasil Filho
- Claudinei Matias
- Rodrigo Motta
- Luciano Oliveira
- Ricardo Martins
- Marco Brasil
- Fagner Rangel

**Obs.:** Outros profissionais somente mediante comprovação de aptidão técnica e aprovação da comissão organizadora.

## ✓ 02 PORTEIREIROS

Profissionais experientes responsáveis pela abertura dos bretes, quando autorizados pelo peão.

Opções de profissionais a serem contratados pela empresa vencedora:

- Japonês (Leandro)
- Fábio Solera
- Cleber Perpétuo
- Jeferson Ramos

**Obs.:** Outros profissionais somente mediante atestado de capacidade técnica e aprovação da comissão organizadora.

## ✓ 01 LAÇADOR

Profissional especializado responsável pela retirada dos animais da arena, quando solicitado ou constatada a necessidade. O profissional deverá possuir animais para manejo e equipamentos necessários à execução do trabalho.

Opções de profissionais a serem contratados pela empresa vencedora:

- Leonardo Silvestre
- Scatolin
- Ângelo Rosseto
- Gabriel Severino
- Dudu Salesse

**Obs.:** Outros profissionais somente mediante comprovação de aptidão técnica e aprovação da comissão organizadora.





## ✓ 03 SALVA-VIDAS

Profissionais treinados e capacitados para garantir a segurança dos competidores dentro da arena.

Opções de profissionais a serem contratados pela empresa vencedora:

- Babuíno
- Bibi (Fabrício)
- Igor Burguês
- Michel Anderson
- Alan Bakal
- João Breda
- Dodô Barreto
- Cigano

**Obs.:** Outros profissionais somente mediante atestado de capacidade técnica e aprovação da comissão organizadora.

## ✓ 01 COMENTARISTA

Profissional responsável pela narração comentada das montarias.

Opções de profissionais a serem contratados pela empresa vencedora:

- Esnar Ribeiro
- Tiago Arantes
- Rodrigo Xuxa
- Fernando Elias
- Reich Hernandes

**Obs.:** Outros profissionais somente mediante comprovação técnica e aprovação pela comissão organizadora.

## ✓ 01 LOCUTOR COMERCIAL

Profissional responsável pela divulgação dos patrocinadores do evento.

Opções de profissionais a serem contratados pela empresa vencedora:

- Fabão Potência
- Joca
- Mauro César
- Celso Russo
- Adriano Silva

**Obs.:** Outros profissionais somente mediante comprovação de aptidão técnica e aprovação da comissão organizadora.

## ✓ REALIZAÇÃO DE NO MÍNIMO 03 SHOWS PIROMUSICAIS, SENDO FOGOS DE EFEITOS VISUAIS BAIXE ESTAMPIDO

- Fogos de efeitos visuais de baixo estampido, computadorizados, acompanhando o





ritmo musical, conforme normas do Corpo de Bombeiros e legislação municipal.

- As músicas serão definidas pela comissão organizadora;
- Todas as noites incluirá desenhos de fogo na arena, abertura global ao redor com chuvas de prata e cruzamentos “crackling”, torta chinesa com efeitos especiais e minishow em desenho do locutor;
- Show com bateria totalizando 2.500 tiros especiais;
- Salvas de morteiros em cores variadas (verde, prata, vermelha) e efeitos especiais;
- Inclusão de pombinha da paz para acender a cascata;
- Cascata/cachoeira com 30 metros de comprimento;
- Girândola com 18 tubos, com efeito de explosão de cor;
- Salva de morteiros com efeitos “chorão” e centro azul;
- Salva de morteiros com efeitos azul e centro “chorão”;
- Execução por profissional Blaster habilitado, acompanhado de carteira de Blaster;
- Alvará da empresa responsável pelo fornecimento e transportes dos materiais

de fogos de artifícios juntos a DEAM - Delegacia de Explosivos, Armas e Munições;

**O Município de Céu Azul se isenta de qualquer responsabilidade por acidentes ou transtornos ocorridos.**

#### ✓ SHOW DE ADESTRAMENTO COM CAVALOS DA RAÇA FRIESIAN

- Comprovação para fase de Habilitação da documentação dos cavalos (para no mínimo três dias de evento de qualidade através de imagens de mídias sociais, Facebook, Instagram etc.

#### ✓ 01 VETERINÁRIO

- Responsável pela recepção, acompanhamento e bem-estar dos animais participantes, conforme legislação vigente;
- Profissional com registro junto à Coordenadoria de Defesa Agropecuária;
- Este profissional estará vinculado também a todas as provas que acontecerão do início ao término do rodeio.

#### ✓ 01 ETAPA DE CIRCUITO NACIONAL DE RODEIO CLASSIFICATÓRIA PARA BARRETOS – SP

- Garantir ao peão campeão do rodeio a participação no Evento Nacional de Barretos (Barretão), representando o Município de Céu Azul.
- Circuito regularizado conforme a legislação vigente;
- Etapa transmitida online pelas redes sociais;
- Fornecimento de 30 touros para montaria.

Opções de Circuitos:

- Circuito Rancho Primavera (CRP);
- PBR;
- LNR (Liga Nacional de Rodeio).





## ✓ OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA CONTRATADA

- Entregar na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, antes do início da festa, cópia da Apólice de Seguro em favor dos peões e profissionais envolvidos (salva-vidas, domadores, porteiros, juizes, locutores etc.), com cobertura mínima de R\$ 140.000,00 por morte, invalidez permanente ou temporária, incluindo despesas médicas e hospitalares, com validade de 5 anos.

## ✓ DIREITOS DA CONTRATADA

- Direito de venda, comercialização e exploração dos camarotes e patrocínios da área da arena do rodeio **exceto no Palco dos shows**.

O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço global por lote**, adotado em razão da natureza integrada dos serviços a serem contratados. Considerando que o objeto envolve a execução de múltiplas atividades interdependentes como fornecimento de estrutura, equipe técnica, organização do rodeio e demais serviços correlatos, a contratação por lote único garante maior eficiência operacional, padronização na execução e melhor coordenação entre as etapas do evento.

A adoção do menor preço global por lote também evita a fragmentação da contratação, o que poderia comprometer a qualidade dos serviços, gerar conflitos de responsabilidade entre diferentes fornecedores e dificultar a fiscalização contratual. Além disso, esse critério contribui para a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração, considerando o conjunto completo da solução necessária para a realização do evento.

Dessa forma, assegura-se maior economicidade, eficiência administrativa e segurança na execução contratual, atendendo plenamente ao interesse público. Tabulação anexa.

## ✓ CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato, comprovando a execução das etapas previstas neste Termo de Referência.

Considerando a natureza do objeto (evento), o pagamento observará a origem dos recursos, conforme segue:

### III – Quando os recursos forem provenientes do Município:

O pagamento será efetuado de forma parcelada, conforme as seguintes etapas:

a) Até 50% (cinquenta por cento) do valor contratado, na semana de realização do evento, após a conclusão da montagem das estruturas, instalação dos equipamentos e disponibilização integral dos serviços contratados, mediante atesto do fiscal do contrato;

b) O saldo remanescente será pago em até 30 (trinta) dias após a realização do evento, mediante comprovação da execução integral dos serviços, incluindo desmontagem e regular conclusão contratual.

Para fins de liberação do pagamento da primeira parcela, será obrigatória a

---

Edital Pregão Eletrônico Nº 31/2026 - M.C.A – Forma Eletrônica Página 54 / 92





comprovação da efetiva execução da etapa de montagem e disponibilização dos serviços, mediante relatório do fiscal do contrato.

#### **IV – Quando os recursos forem provenientes da SETU:**

O pagamento será realizado integralmente após a execução do evento, ficando condicionado ao envio e aprovação, junto à SETU, da documentação comprobatória da realização do objeto, incluindo, mas não se limitando a, relatório de execução, registros fotográficos e demais documentos exigidos pelo órgão concedente.

O pagamento somente será efetuado após a efetiva liberação dos recursos pela SETU.

Em ambos os casos, o pagamento ficará condicionado à verificação da conformidade dos serviços prestados com as especificações contratuais, bem como à regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

Em caso de irregularidades na execução ou na documentação apresentada, o pagamento será suspenso até a devida regularização.

Os pagamentos serão realizados por meio de ordem bancária, para crédito em conta corrente indicada pela contratada.

Não será realizado pagamento antecipado, sendo o desembolso vinculado exclusivamente à execução das etapas contratuais devidamente atestadas.

#### **DA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO:**

- A empresa vencedora terá direito à exploração comercial do ramo de lanchonete, bebidas (cerveja, chopp, drinks, bebidas quentes, água e refrigerante), estacionamento, camarote, sendo vedada a comercialização, divulgação ou exibição de qualquer produto atentatório aos bons costumes e a moral, incluindo-se também as políticas partidárias e religiosas, sendo vedada qualquer tipo de exploração de espaço publicitário, exceto com a autorização da CONTRATANTE.

- A exploração da praça de alimentação, com instalações de barracas em bom estado de apresentação e conservação, deverá obedecer aos locais definidos pela Comissão de Fiscalização, sendo de inteira responsabilidade da empresa vencedora, todas as despesas e riscos atinentes à montagem e exploração da atividade comercial (praça de alimentação) no recinto, inclusive de higiene e segurança, observando todas as normas exigidas pelas autoridades municipais, sanitárias e corpo de bombeiros, sujeitando-se em qualquer caso, as correções que venham a ser determinadas, sem qualquer ônus ou encargos de qualquer natureza para o município.

- Fica estabelecido que o valor máximo a ser cobrado para os consumidores finais são os constantes na tabela abaixo:

*A fixação de valores máximos para comercialização de produtos na praça de alimentação justifica-se pelo caráter público, social e*





inclusivo do evento, promovido pelo Município como parte das festividades oficiais de aniversário. Trata-se de uma celebração voltada a toda a população, com acesso gratuito às atividades principais, o que impõe à Administração o dever de assegurar que os serviços acessórios, como alimentação e bebidas, também se mantenham dentro de padrões razoáveis de preço.

A definição prévia de preços máximos tem como objetivo evitar a prática de valores abusivos, muito comuns em eventos de grande porte, garantindo que famílias de diferentes faixas de renda possam usufruir plenamente da festividade. Dessa forma, busca-se assegurar que o evento permaneça acessível, democrático e alinhado ao interesse público, evitando a exclusão indireta de parte da população em razão de custos elevados.

Além disso, a medida contribui para a transparência e previsibilidade tanto para os consumidores quanto para a empresa contratada, estabelecendo regras claras desde o início do processo licitatório. Também favorece o equilíbrio entre a exploração econômica pela contratada e a função social do evento, permitindo a obtenção de retorno financeiro sem prejuízo ao bem-estar coletivo.

Portanto, a estipulação de preços máximos configura-se como instrumento de proteção ao consumidor, de promoção da justiça social e de garantia de que as festividades cumpram seu papel de integração comunitária, assegurando amplo acesso da população aos serviços disponibilizados durante o evento.

ITEM	PRODUTO	VALOR
A	Cerveja lata de 350 ml	R\$ 10,00
B	Água com e sem gás– garrafa de 500 ml	R\$ 5,00
C	Refrigerante – Lata de 350 ml	R\$ 8,00
D	Whisky – 8 anos – dose	R\$ 25,00
E	Combo – 1 Whisky 8 anos + 4 energéticos + 1 balde de gelo de 2 litros.	R\$ 400,00
F	Whisky Premium – 8 anos – dose	R\$ 25,00
G	Combo – 1 Whisky 12 anos + 4 energéticos + 1 balde de gelo de 2 litros.	R\$ 500,00
H	Vodka – dose	R\$ 15,00
I	Combo – 1 Vodka + 4 energéticos + 1 balde de gelo de 2 litros	R\$ 200,00
J	Vodka Premium – dose	R\$ 20,00
K	Combo – 1 Vodka Premium + 4 energéticos + 1 balde de gelo de 2 litros	R\$ 300,00
L	Gin – Dose	R\$ 20,00
M	Combo – 1 Gin + 4 energéticos + 1 balde de gelo de 2 litros	R\$ 300,00
N	Energético	R\$ 20,00
O	Gelo – copo de 500 ml	R\$ 5,00
P	Balde de Gelo – 2 Litros	R\$ 15,00





Q	Excepcionalmente poderá ser comercializado nos camarotes e bares cerveja premium – lata de 350 ml	R\$ 12,00
R	Campari – garrafa 900 ml + 1 balde de gelo de 2 litros	R\$ 200,00

**Fica expressamente proibida a venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 (dezoito) anos, sendo de inteira responsabilidade da empresa vencedora esta fiscalização, devendo, ainda, afixar cartazes nos pontos de vendas sobre esta proibição.**

• A empresa vencedora terá opção de comercializar somente as seguintes bebidas em todos os dias do evento:

a. Opções de marcas cerveja para comercialização:

- Antartica/boa;
- Heineken
- Brahma;
- Skol;
- Budweiser;
- Império

b. Opções de marcas de refrigerantes para comercialização, devendo ser ofertado no mínimo 03 (três) sabores diferentes, inclusive opções de produtos das linhas diet, light e zero, quais sejam:

- Coca-Cola ou Pepsi;
- Arco íris ou Poty;
- Fanta ou Sukita;
- Guaraná Kuat ou Guaraná Antartica;
- Água Tônica Schweppes ou Antártica.

c. Opções de marcas de energético para comercialização:

- Red Bull 250 ml;
- Dopamina 269 ml;
- TNT 269 ml
- Monster 473 ml.
- Ou semelhantes

d. Opções de marcas de Whisky para comercialização:

- Johnnie Walker RedLabel – garrafa de 1 litro;
- Ballantines 8 anos – garrafa de 1 litro;
- White Horse – garrafa de 1 litro.

e. Opções de Whisky Premium para comercialização:

- Buchanan's – garrafa de 1 litro;





- Johnnie Walker Black Label – garrafa de 1 litro;
  - Ballantines 12 anos – garrafa de 1 litro;
  - ChivasRegal 12 anos – garrafa de 1 litro.
- f. Opções de marcas de Vodka para comercialização:
- Smirnoff – garrafa de 1 litro;
  - Orloff – garrafa de 1 litro;
- g. Opções de marcas de Vodka Premium para comercialização:
- Absolut – garrafa de 1 litro;
  - KetelOne – garrafa de 1 litro;
  - Cîroc – garrafa de 750 ml;
  - Grey Goose – garrafa de 750 ml.
- h. Opções de marcas de Gin para comercialização:
- Tanqueray – garrafa de 750 ml;
  - Beefeater – garrafa de 750 ml;

A licitante vencedora poderá explorar o bar dos camarotes, no entanto, deverá adotar prática de preços de venda conforme item 3 do presente termo. Sendo que a venda de combos (garrafas de vidro) só será permitida no camarote.

A licitante vencedora disponibilizará fichas coloridas, com a mesma cor da pulseira para acesso do camarote dos respectivos dias, identificado o dia e o camarote em cada uma delas ou Sistema de Ticket bar/bilheteria com impressão em papel termossensível.

Eventuais substituições de marcas referentes as bebidas a serem comercializadas no evento deverão ser comunicadas e autorizadas pela Administração, através da Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Recreação com antecedência mínima de até 10 (dez) dias antes do início do evento.

Fica estabelecido que a licitante vencedora fornecerá gratuitamente as bebidas (Água com e sem gás, Cerveja, Whisky e demais bebidas que for conveniente) para a CONTRATANTE, para a hipótese de fornecimento as autoridades presentes no evento. Também ficará a licitante vencedora responsável pelo fornecimento gratuito das bebidas destinadas aos camarins dos artistas que se apresentarem nos dias do evento.

## 5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Para fins de habilitação, a empresa licitante deverá apresentar a seguinte documentação comprobatória:

- a) Certidão de Registro da empresa licitante junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), com validade vigente na data de apresentação da proposta, devidamente





atualizada em todos os seus dados cadastrais e contratuais.

b) A licitante vencedora, com sede em outro estado da Federação, que não seja registrada junto ao CREA/CAU de Estado do Paraná, deverá apresentar visto da empresa e dos responsáveis técnicos no CREA/CAU de São Paulo, para a execução do contrato.

c) Indicação do (s) responsável (is) técnico (s) pelos serviços sendo: 01 (um) Engenheiro Civil e 01 (um) Engenheiro Elétrico ou Arquiteto, através de declaração assinada pelo representante legal da empresa.

d) Registro do profissional junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), através de Certidão de Registro no CREA/CAU ou Carteira de Identidade Profissional, com validade vigente.

e) Comprovação de que os responsáveis técnicos pelos serviços, conforme indicação acima, mantém vínculo profissional (empregado ou não) com a empresa, na data prevista para a apresentação das propostas/documentos, mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

1. Ficha de Registro de empregado;
2. Registro na Carteira Profissional;
3. Contrato de prestação de serviços;
4. No caso de sócio da licitante, o contrato social em vigor;
5. No caso de administrador não sócio, a ata de nomeação registrada no órgão

competente.

f) O(s) profissional(is) indicado(s) pelo licitante, de que trata a alínea “c”, deverá(ão) participar da execução dos serviços objeto do lote, admitindo-se a sua substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração.

g) Atestado (s) passado (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, em que conste como contratada o nome da licitante, com características semelhantes ao objeto do referido lote, com quantitativo mínimo igual a 50% (cinquenta por cento) das quantidades previstas para o mesmo, nos serviços considerados de maior relevância.

**OBS: Os itens abaixo descrito considerados de maior relevância do presente termo de referência, bem como, o quantitativo mínimo 50% (cinquenta por cento) a ser atendido.**

h) Apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, em nome do profissional técnico da proponente, comprovando desempenho anterior na montagem das estruturas , referente a arquibancada, arena e camarotes emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado com no mínimo as características e quantidades descritas abaixo, devidamente acompanhada da respectiva CAT – Certidão de Acervo Técnico, registrada na





entidade profissional competente, que deverá conter no mínimo o nome do profissional, a localização e o quantitativo básico executado e seu respectivo Acervo Técnico, devidamente certificado pelo CREA ou CAU:

h.1) Arquibancadas no mínimo, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do solicitado no Edital;

h.2) 1 (uma) Arena, no mínimo equivalente a 50% (cinquenta por cento) do solicitado no Edital;

h.3) Camarotes, no mínimo, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do solicitado no Edital.

i) A empresa licitante deverá comprovar experiência, qualidade profissional e técnica por meio de declaração, ou atestado emitido pela Confederação ou entidade/circuito nacional de rodeio, e ainda, publicações em revistas, jornais, mídias digitais, tais como Facebook e Instagram que comprovem a realização de no mínimo 03 (três) etapas do Campeonato ou Circuito Nacional de Rodeio nos últimos 24 (vinte e quatro) meses;

Para fins de comprovação, o licitante deverá apresentar:

I)– Contratos de prestação de serviços referente às etapas realizadas;

II)– Notas fiscais emitidas referente aos eventos;

II)– Atestado de qualificação ou capacidade técnica de cada tapa emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória do objeto (evento);

IV – Certidão de Acervo Técnico da estrutura junto ao CREA.

**Obs. A documentação acima relacionada deverá ser apresentada conjuntamente, no momento da habilitação, como forma de comprovação integral da capacidade técnica exigida. Em caso de suspeita de atestado, declaração ou outro documento infundado ou sem a devida procedência, o Pregoeiro poderá suspender a sessão para realização de DILIGÊNCIA.**

j) Certificado de Registro expedido pelo Ministério da Defesa Exército Brasileiro, para a atividade de transporte de produtos controlados – aprovados pelo Decreto nº 3.665, de 20/11/00, e a Portaria nº 09-D Log de 08/05/2004:





- Comércio de Pirotécnicos de uso restrito
- Prestação de serviço (Próprio) Transporte de Pirotécnicos
- Prestação de serviço – Armazenagem de Pirotécnicos
- Utilização – Demonstração/Exposição de Pirotécnicos
- Utilização – Emprego de Pirotécnico de uso permitido
- Utilização – Emprego de Pirotécnicos de uso restrito
- Utilização- Emprego de Pirotécnicos em cenografia

k) A empresa licitante deverá comprovar documentalmente a relação jurídica existente entre a mesma e a empresa responsável pelo Material pirotécnico, caso essa seja terceirizada através de contrato de prestação de serviços com firma reconhecida ou assinado digitalmente.

l) Apresentar vínculo através de contrato ou declaração entre a empresa e o profissional Blaster, responsável pela realização dos shows pirotécnicos, junto com a carteira de Blaster e Alvará de Blaster Pirotécnico devidamente registrada e dentro da validade para execução do evento.

m) Apresentar Declaração de disponibilidade de data, dos artistas do Rodeio, (locutores de arena e comentarista de rodeio para os dias do rodeio, devidamente assinada pelo representante legal , digitalmente ou com reconhecimento de firma.

n) Apresentar comprovação de registro junto ao CRMV do médico veterinário, cadastrado para a emissão dos GTA e responsável técnico sanitário pelo evento.

o) Apresentar comprovação de Vínculo com médico Veterinário podendo ser comprovado:

- Tratando-se de sócio da empresa, a comprovação se fará mediante a verificação do seu nome no contrato social da empresa;
- Tratando-se de empregado, a empresa deverá apresentar cópia da carteira de trabalho contendo anotações de contrato de trabalho ou cópia do livro de registro com as anotações do empregado;
- Tratando-se de prestador de serviços a comprovação se fará mediante a apresentação de contrato de prestação de serviço firmado entre o profissional e a empresa

p) Certificado de registro genealógico dos cavalos Friesian destinados ao show de





adestramento.

q) Comprovação de garantia de proposta.

**Obs.:** A comprovação do recolhimento da garantia de proposta, equivalente a 1% do valor estimado da contratação, deverá ser apresentada na pré-habilitação, mediante depósito realizado até um dia útil anterior à data do certame.

*A exigência de apresentação da garantia de proposta, no percentual de 1% do valor estimado da contratação, justifica-se como medida de segurança e seriedade no processo licitatório, visando assegurar que apenas licitantes efetivamente comprometidos participem do certame. Trata-se de mecanismo amplamente utilizado na Administração Pública para resguardar o interesse público contra propostas inconsistentes, aventureiras ou sem capacidade real de execução.*

*Ao estabelecer que o recolhimento seja comprovado ainda na fase de pré-habilitação e realizado até um dia útil anterior à data do certame, a Administração busca garantir maior organização e celeridade ao processo, evitando atrasos, questionamentos ou inconsistências no momento da sessão pública. Essa antecipação também permite a verificação prévia da regularidade da garantia, reduzindo riscos de impugnações e promovendo maior transparência e segurança jurídica.*

*Além disso, a garantia de proposta funciona como instrumento de proteção ao Município, assegurando que o licitante vencedor mantenha sua proposta até a assinatura do contrato, sob pena de perda do valor garantido em caso de desistência injustificada. Dessa forma, contribui para a estabilidade do procedimento licitatório e para a efetiva contratação do objeto pretendido.*

*Portanto, a exigência encontra fundamento no interesse público, na necessidade de resguardar a Administração contra riscos operacionais e na busca por maior eficiência, segurança e confiabilidade no processo de contratação.*

**TODA A ESTRUTURA DEVERÁ ESTAR MONTADA ATÉ O DIA ANTERIOR AO INÍCIO DA FESTA, DEVENDO SER DESMONTADA E RETIRADA DO LOCAL ATÉ 16/10/2026.**

## 1. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

- Unidade Gestora: Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Recreação
- Código: 828
- Fonte: Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

## 2. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA






Os serviços serão executados nos dias 09, 10 e 11 de outubro de 2026, com previsão de início às 21h e duração aproximada de 1h40 por noite, nas dependências do Parque de Exposições Emílio Henrique Gomez, no município de Céu Azul.

### 3. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

A fiscalização ficará a cargo da Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Recreação, sendo atribuída a função de fiscal a Senhora Dalila Pereira da Silva ocupante do cargo de Diretor de Cultura, e a função de gestor do contrato ao Secretário de Cultura, Esporte, Lazer e Recreação, Fernando Augusto Hoffelder.


Céu Azul, 22 de abril de 2026.

### Assina o presente Termo de Referência:

 Assinado eletronicamente por:  
FERNANDO AUGUSTO  
HOFFELDER  
\*\*\*.545.599.\*\*  
22/04/2026 17:08:54  
Assinatura digital avançada.

Fernando Augusto Hoffelder

Secretário de Cultura, Esporte, Lazer e Recreação  
Ordenador da Despesa

 Assinado eletronicamente por:  
DALILA PEREIRA DA SILVA  
\*\*\*.455.809.\*\*  
22/04/2026 17:32:06  
Assinatura digital avançada.





## ANEXO 02 – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026 –M.C.A. – Forma Eletrônica.

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

#### INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por objetivo apresentar a análise da demanda para a contratação de empresa especializada na produção e execução do rodeio, a ser realizado durante as festividades alusivas ao 60º aniversário de emancipação política do Município de Céu Azul, no ano de 2026. A proposta visa garantir toda a estrutura física, operacional e técnica necessária à realização do evento, considerado uma das principais atrações da programação comemorativa, assegurando qualidade, segurança, atendimento às normas vigentes e a valorização da cultura sertaneja e das tradições regionais.

#### 1 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A realização das festividades alusivas ao 60º aniversário de emancipação política do Município de Céu Azul, previstas para ocorrer entre os dias 09 e 11 de outubro de 2026, demanda a contratação de empresa especializada para organização e execução de uma Etapa Nacional de Rodeio. A inclusão do rodeio na programação configura-se como um dos principais atrativos do evento, exigindo infraestrutura adequada, equipe técnica qualificada, serviços especializados e o pleno atendimento às normas de segurança e bem-estar animal.

Dessa forma, torna-se necessário viabilizar a contratação de empresa com experiência comprovada na realização de eventos similares, capaz de fornecer, montar, operar e desmontar toda a estrutura física e funcional do rodeio, incluindo arena, arquibancadas, camarotes, bretes, iluminação, sonorização, equipe técnica, shows pirotécnicos e demais serviços correlatos. A medida visa atender à crescente demanda da população regional, promover o desenvolvimento econômico local e fortalecer a identidade cultural do Município de Céu Azul.

#### 2 CONTABILIDADE COM AS LEIS ORÇAMENTÁRIAS

Há previsão orçamentária para a contratação do objeto no subelemento: 333903900000000000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA - 828





## 3- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá atender aos seguintes requisitos essenciais, visando garantir a plena execução do rodeio durante as festividades alusivas ao 60º aniversário de emancipação política do Município de Céu Azul, no ano de 2026

- a) Empresa especializada com experiência comprovada na organização de etapas nacionais de rodeio, incluindo histórico de participação em pelo menos três eventos de mesmo porte e natureza, conforme atestados e acervo técnico exigido.
- b) Fornecimento, montagem, operação e desmontagem de toda a estrutura física do rodeio, incluindo:
  - Arena, bretes, currais e embarcadores;
  - Arquibancadas com capacidade mínima para 2.000 pessoas;
  - Camarotes com estrutura conforme normas da ABNT e Corpo de Bombeiros;
  - Iluminação e sonorização adequadas para eventos noturnos;
  - Painéis de LED, decoração e mobiliário de apoio.
- c) Equipe técnica qualificada, composta por:
  - Locutores, juízes de arena, salva-vidas, porteiros, laçador, comentarista, locutor comercial e veterinário;
  - Produtor de mídia e diretor de rodeio
  - Profissional Blaster para shows pirotécnicos com documentação exigida.
- d) Respeito às normas técnicas e legais, incluindo:
  - Bem-estar animal, com infraestrutura adequada e acompanhamento veterinário;
  - Segurança estrutural e de público, com atendimento às normas da ABNT, Corpo de Bombeiros e legislação municipal;
  - Apólice de seguro para profissionais do rodeio, no valor mínimo de R\$ 140.000,00 por pessoa.
- e) Transmissão online da etapa do rodeio, integração à programação cultural das festividades alusivas ao 60º aniversário de emancipação política do Município de Céu Azul, no ano de 2026 e realização de shows pirotécnicos com efeitos visuais de baixo estampido.





- f) Etapa classificatória oficial para o Rodeio de Barretos (SP), mediante contratação de circuito reconhecido (CRP, PBR ou LNR), devidamente regularizado.
- g) Montagem de toda a estrutura até o dia 07/10/2026 e desmontagem completa até o dia 16/10/2026.

## 4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A execução do Rodeio as festividades alusivas ao 60º aniversário de emancipação política do Município de Céu Azul, no ano de 2026 exigirá estrutura para cerca de 2.000 pessoas em arquibancadas e 36 camarotes, totalizando 1.173 m<sup>2</sup>. Serão necessários 8 bretes, 30 touros e 6 portões de acesso na arena, além de painéis de LED e 10 torres de iluminação. A equipe técnica contará com ao menos 20 profissionais especializados. Estão previstos 3 shows pirotécnicos por noite, decoração completa dos espaços e suporte logístico com transporte, hospedagem e alimentação da equipe durante o evento.

Lote	Item	Uni.	Descrição do serviço	Preço médio Total
1	1 ao 24	Serv. e Uni.	Estrutura de RODEIO n as festividades alusivas ao 60º aniversário de emancipação política do Município de Céu Azul, no ano de 2026.	416.000,00

## 5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foi realizado levantamento de mercado junto a empresas especializadas na produção e execução de rodeios profissionais, com base em cotações informais, consultas a fornecedores regionais e análise de eventos similares realizados recentemente. Constatou-se que o setor dispõe de fornecedores qualificados, com portfólio compatível às exigências estabelecidas no Termo de Referência, abrangendo estruturas metálicas, sistemas de sonorização e iluminação, equipes técnicas completas e realização de etapas oficiais vinculadas a circuitos reconhecidos, como CRP, PBR e LNR.

Os valores estimados apresentaram variações em função do escopo dos serviços, da complexidade da estrutura ofertada e do nível de qualificação e notoriedade dos profissionais envolvidos, o que reforça a necessidade de definição de critérios técnicos





rigorosos para a seleção da empresa contratada.

Destaca-se que os circuitos nacionais de rodeio seguem padrões elevados de organização, com regras técnicas bem definidas, exigências quanto à segurança e ao bem-estar animal, além de ampla visibilidade em mídias e redes sociais. No contexto nacional, tais circuitos contribuem para a profissionalização do segmento e para a projeção de competidores em eventos de maior abrangência.

## **6- JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:**

Esta contratação diz respeito a serviços de natureza indivisível, ficando justificado o não parcelamento da solução.

## **7 -RESULTADOS PRETENDIDOS:**

A contratação visa garantir a realização de um rodeio profissional durante as festividades alusivas ao 60º aniversário de emancipação política do Município de Céu Azul, com elevado padrão de qualidade técnica, segurança e valorização cultural. Espera-se atrair expressivo público, impulsionar a economia local, fortalecer as tradições sertanejas e consolidar o Município como referência regional na realização de eventos, incluindo etapa classificatória para o Rodeio de Barretos.

## **11 - VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A contratação mostra-se viável sob os aspectos técnico e econômico, considerando a existência de empresas no mercado com capacidade comprovada para atender aos requisitos estabelecidos, inclusive com experiência na realização de etapas nacionais de rodeio. O Município dispõe de dotação orçamentária específica para a execução da ação, e o modelo de estrutura pretendido já foi adotado com êxito em edições anteriores.

Ademais, a relevante demanda social, cultural e econômica pelo evento justifica plenamente sua realização, evidenciando o interesse público envolvido e os benefícios diretos e indiretos à comunidade local.

Céu Azul, 22 de abril de 2026.





Aprovo este Estudo Técnico Preliminar

RESPONSÁVEL PELO ESTUDO	ORDENADOR DA DESPESA
 <p>Assinado eletronicamente por: DALILA PEREIRA DA SILVA *** 455.809-** 22/04/2026 17:32:23 Assinatura digital avançada.</p> <p><b>Dalila Pereira da Silva</b> Diretora de Cultura</p>	 <p>Assinado eletronicamente por: FERNANDO AUGUSTO HOFFELDER *** 545.599-** 22/04/2026 17:09:58 Assinatura digital avançada.</p> <p><b>Fernando Augusto Hoffelder</b> Secretário de Cultura, Esporte, Lazer e Recreação</p>





## ANEXO 03 – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

### EDITAL DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026 –M.C.A. – Forma Eletrônica.

OBS. A licitante detentora da menor proposta deverá, no prazo de 120 (cento e vinte) minutos, ou seja 2 (duas) horas, após notificação do pregoeiro através do sistema do portal, deverá anexar a proposta ajustada no valor do lance, no sistema no campo “DOCUMENTOS COMPLEMENTARES PÓS DISPUTA”

#### MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA LICITANTE VENCEDOR

(Razão Social, CNPJ, telefone, endereço, e-mail)

A Prefeitura Municipal de Céu Azul – PR

Departamento de Licitações e Contratos

Pregão Eletrônico Nº 31/2026.

Objeto: Contratação de empresa especializada na produção e organização de uma Etapa Nacional de Rodeio, com experiência comprovada na realização de eventos similares, garantindo qualidade técnica, segurança e profissionalismo

Apresentamos e submetemos a apreciação de Vossa Senhoria, nossa proposta de preços do Pregão Eletrônico, em epígrafe.

#### 1. PROPOSTA (READEQUADA AO LANCE VENCEDOR)

##### Lote nº 1

Nº Lote	Nº Item	Qtde. Estimada	Uni.	Descrição do produto/serviço	Marca/ Modelo	Valor Unitário	Valor Total

Valor total da proposta: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)

Prazo de validade da proposta: \_\_\_\_\_

a) Os valores dos impostos já deverão estar computados no valor do produto e/ou serviço ou destacados;

b) O prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais;

c) Especificação e marca completa do serviço e/ou produto oferecido com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente conforme descrito no ANEXO 01, deste Edital e;

d) Data e assinatura do Representante Legal da proponente.

#### 2. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

##### 2.1. DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome da Empresa:

CNPJ e Inscrição Estadual:

Representante e Cargo:

Carteira de Identidade e CPF:

E-mail:

Telefone:

Agência e nº da conta Bancária:





## 2.2. DADOS PARA ENVIO DAS ORDENS DE SERVIÇO/EMPENHOS.

Responsável:

Carteira de Identidade e CPF:

E-mail:

Telefone:

Declaramos que em nossos preços estão inclusos todos os custos diretos e indiretos para a perfeita entrega/execução do objeto licitado.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Carimbo de CNPJ Assinatura do Responsável Legal





## ANEXO 04 – Modelo de Declaração Conjunta

### DECLARAÇÃO CONJUNTA

A Prefeitura Municipal de Céu Azul

#### **EDITAL DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026 – M.C.A. – Forma Eletrônica**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, para fins do disposto no Edital de licitação em epígrafe, **DECLARA**, que:

- a) Não se encontra com o Direito de Licitar suspenso perante o Município de Céu Azul, bem como não encontra-se declarado inidôneo por órgão ou entidade em qualquer das esferas do Governo;
- b) Até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- d) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- e) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- f) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

Por ser verdade, firmamos a presente.

Local, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome e carimbo do Representante Legal da empresa





## ANEXO 05 – DECLARAÇÃO DE NEPOTISMO

Eu \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_ e RG: \_\_\_\_\_, sócio administrador da proponente \_\_\_\_\_, CNPJ: \_\_\_\_\_, DECLARO, para fins de cumprimento do disposto na *Súmula Vinculante 13/STF* de 21 de agosto de 2008 e acórdão 2745/10 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que os sócios, bem como o credenciado para esta licitação:

( ) Não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta no Municípios de Céu Azul - PR.

( ) Possui o grau de parentesco e/ou vínculo por afinidade ou consanguinidade prescrito pela *Súmula Vinculante 13/STF* e acórdão 2745/10 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná em relação aos seguintes agentes públicos:

1. Nome: \_\_\_\_\_  
Função: \_\_\_\_\_  
Grau de Parentesco: \_\_\_\_\_

Nestes termos, assumo total e integral responsabilidade pelas informações acima prestadas, estando ciente das implicações criminais, cíveis e administrativas que dela podem resultar em especial ao que preceitua o art. 299 do Código Penal Brasileiro, DL 2.848/1940, conforme a seguir se apresenta:

“Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena -reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.”

Céu Azul, \_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.





## ANEXO 06 – Modelo de Declaração de ME, EPP

### DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA (ME) E DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) EQUIPARADO.

A Prefeitura Municipal de Céu Azul

#### EDITAL DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico Nº 31/2026 – M.C.A. – Forma Eletrônica

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado:

**DECLARA**, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de ( ) MICROEMPRESA, ( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE ou ( ) EQUIPARADA**, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação. (\*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.)

**DECLARA**, para fins de obtenção do benefício disposto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que no ano-calendário de realização da licitação, **ainda não celebramos contratos** com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (§2º do Art. 4º da Lei 14133/2021).

(\*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa ou empresa de pequeno).

Local e data, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_ ,

(Identificação e Assinatura do Representante Legal)  
(Dados da empresa: Razão Social e CNPJ)





## ANEXO 07 – MINUTA DE CONTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO Nº: \_\_\_/\_\_\_ – M.C.A

REFERENTE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026 – M.C.A.

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE CÉU AZUL** e a Empresa \_\_\_, na forma abaixo:

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CÉU AZUL**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Nilo Umberto Deitos, 1426, inscrito no CNPJ nº 76.206.473/0001-01, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. xxxxx, residente e domiciliado na Rua xxxx, Céu Azul - PR, portador da Cédula de Identidade RG nº. xxxx SSP – PR, e CPF nº. xxx e

**CONTRATADA:** \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado a rua \_\_\_\_\_, na Cidade de \_\_\_\_\_, Estado do \_\_\_\_\_, portador da CI/RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF/MF nº \_\_\_\_\_.

O presente contrato está sendo firmado com fundamento na Lei nº 14.133/21, e de acordo com as especificações do Pregão Eletrônico nº 31/2026, aplicando-se ainda, os princípios inerentes aos contratos administrativos.

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de Contratação de empresa especializada na produção e organização de uma Etapa Nacional de Rodeio, com experiência comprovada na realização de eventos similares, garantindo qualidade técnica, segurança e profissionalismo. Nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

#### Lote nº 1

Nº Lote	Nº Item	Qtde. Estima da	Uni.	Descrição do serviço	Marca/ Modelo	Valor Unitário	Valor Total

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.





**2.3.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**2.4.** O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

**PRAZO DE ENTREGA, DO LOCAL DE ENTREGA, CONDIÇÕES RECEBIMENTO DO OBJETO**

**3.1. Do prazo de Entrega:** Os serviços deverão ser executados conforme prazo/programação constante no termo de referência, contados da emissão da Ordem de Serviços.

**3.2. Do Local de Entrega:** Os serviços serão executados nos dias 09, 10 e 11 de outubro de 2026, com previsão de início às 21h e duração aproximada de 1h40 por noite, nas dependências do Parque de Exposições Emílio Henrique Gomez, no município de Céu Azul. nas condições estabelecidas no termo de referência.

#### **3.3. Das Condições de Entrega e Recebimento:**

**3.3.1.** Os serviços deverão atender as especificações e condições de execução conforme **Termo de Referência – Anexo 1 do edital.**

A empresa vencedora terá direito à venda, comercialização e exploração comercial dos camarotes e patrocínios na área da arena de rodeio exceto no palco. Os dias de evento serão abertos ao público com entrada gratuita ao rodeio e aos shows, exceto no acesso aos camarotes, sendo obrigatório manter as vias públicas de acesso livres e desobstruídas.

#### **Item 01 – PAINÉIS DE LED**

Fornecimento e instalação de:

- 02 painéis de LED P04 outdoor, de alta resolução, medindo 4m x 3m cada;
- 70 metros de treliças de alumínio modelo K30;
- 02 processadores LED 5.
- Painéis de Leds P04 (Forface telão de 4 lados) outdoor de alta resolução 6mx4,5m, 70 metros de treliças de alumínio k30 I.p, 2 processadores led 5; a ser instalado no centro da arena.

Os mesmos serão utilizados para a transmissão simultânea do rodeio que acontecerá nos dias do referido evento, sendo de responsabilidade da empresa contratada a referida filmagem e transmissão.

Os equipamentos deverão ser montados nos locais determinados pela contratante, utilizados para a transmissão simultânea do rodeio nos dias do evento. Será responsabilidade da empresa contratada realizar a filmagem e transmissão ao vivo.

#### **Item 02 – ILUMINAÇÃO DE ARENA**

Fornecimento e instalação de sistema de iluminação completo, composto por:

10 torres de treliças modelo Q30;

10 refletores LED de 300W;

- 10 equipamentos de iluminação de efeitos Moving Beam 200, à prova





d'água;

- 10 unidades de mini brutes para iluminação branca;
- 08 unidades de HQI 2000W para iluminação branca;
- 01 canhão seguidor;
- 03 máquinas de fumaça de 3000W

### Item 03 – ARQUIBANCADAS

Estrutura de arquibancadas com as seguintes especificações, **devendo seguir obrigatoriamente as normativas brasileiras e do corpo de bombeiros:**

- 40 metros lineares de arquibancadas com 9 degraus, capacidade aproximada para 2.000 pessoas;
- Escadarias com 2,00 m de largura, guarda-corpo e corrimão;
- Passarela de acesso com 1,20 m de largura mínima;
- Tábuas de assento com largura mínima de 75 cm;
- Guarda-corpo frontal com altura mínima de 1,10 m e posterior de 1,80 m, conforme normas de acessibilidade e do Corpo de Bombeiros;
- Estrutura em perfis metálicos tipo “U”, com passarelas, assentos e escadas em madeirite naval;
- Sapatas rosqueadas nos montantes, chapas de aço com 6 mm de espessura, dimensões 150x150 mm ou circulares com 150 mm de diâmetro;
- Blocos independentes intercalados por treliças de travamento, conforme NBR 6402 e NBR 8681 (aço e segurança em estruturas).

### Item 04 – CAMAROTES

Estrutura para montagem de 36 camarotes, em um bloco único, **devendo seguir obrigatoriamente as normativas brasileiras e do corpo de bombeiros:**

- Dimensões de cada camarote: 2,33 m x 3,00 m, totalizando 1.173 m<sup>2</sup>, montados conforme especificações técnicas, normativas brasileiras e instruções do corpo de bombeiros;
- Estrutura metálica tubular pintada, em perfeitas condições de uso e apresentação, confeccionada com tubos SAE 1010/1020;
- Contraventamentos laterais em painéis treliçados fixados por pinos e travas de encaixe;
- Escadas com guarda-corpo e corrimão;
- Ossatura dos assentos é formado por perfil metálicos, fechados com compensado naval (cola fenólica), aparafusados ou arrebiteados na ossatura metálica, a montagem dos painéis é feita através de encaixes perfeitamente alinhados, travas e pino;
- Nivelamento com macacos mecânicos tipo parafuso, porca e borboleta;
- Estrutura dimensionada para suportar carga de 450 kg/m<sup>2</sup>, conforme NBR 6120/1980;
- Piso emborrachado em madeira tipo OSB.

A montagem deverá ser concluída até 07/10/2026, conforme normas da ABNT, Corpo de Bombeiros e legislação municipal.

**Serão disponibilizados 5 camarotes ao contratante**





## **Item 05 – ARENA, BRETES, CURRAIS E EMBARCADOR**

A arena deverá atender aos seguintes requisitos:

- Arena para rodeios em bom estado de conservação, nos padrões exigidos;
- 08 bretes frontais, sendo 04 de cada lado, todos com porteira;
- 03 bretes de fundo em cada lado;
- Currais com capacidade mínima para 30 animais;
- 02 passarelas de travessia;
- 06 portões de acesso, medindo 3,00 m de largura cada.

## **Item 06 – DECORAÇÃO DO CAMAROTE, ARQUIBANCADA E CAMARIM DO RODEIO**

### **Camarotes:**

- 36 camarotes, sendo que cada camarote deverá conter 1 mesa e 4 cadeiras, revestidos com tecidos antichamas, cores a serem definidas e aprovadas pela contratante;
- Decoração em lycra tensionada com tecido antichamas, cobrindo a parte frontal e posterior de todos os camarotes, cores a serem definidas e aprovadas pela contratante;
- Materiais em perfeito estado de conservação, limpeza e apresentação.

### **Camarim:**

- Decoração com espelhos grandes, mesas, cadeiras, sofás, aparadores, tapetes, piso carpetado, entre outros.

### **Arquibancadas:**

- Revestimento em lycra tensionada com tecido antichamas em toda a parte frontal e posterior;
- Cores a serem definidas e aprovadas pela contratante;
- Materiais em excelente estado de conservação, limpeza e apresentação.

## **Item 07 – ASSESSORIA DE CAMARIM DO RODEIO**

Será responsabilidade da contratada:

- Custeio de alimentação durante todo o período de estadia dos artistas e equipe técnica;
- Transporte interno e externo no município;
- Hospedagem da equipe técnica no período de 09 e 11 de outubro de 2026.

## **Item 08 – ENERGIA PARA O RODEIO**

Será responsabilidade da contratada:

- Disponibilizar sistema de fornecimento de energia elétrica suficiente para suprir integralmente a demanda do Rodeio, por meio de geradores próprios, devidamente dimensionados para atender à carga necessária, garantindo a segurança e a continuidade das atividades;
- Caso a CONTRATADA opte por não disponibilizar geradores próprios e venha a





utilizar a rede elétrica do Parque de Exposições, deverá efetuar o pagamento ao Município do valor correspondente ao consumo de energia elétrica, mediante recolhimento por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), previamente apurado pela Administração, antes da realização do evento ou conforme definido pela fiscalização contratual.

**O fornecimento de energia deverá atender às normas técnicas vigentes, sendo a CONTRATADA integralmente responsável por eventuais danos, sobrecargas ou prejuízos decorrentes da utilização inadequada do sistema elétrico.**

## Item 09 – LOCAÇÃO DE GUINDASTE PARA PAINEL DE LED OUTDOOR

- Locação de 01 (um) Guindaste para levantar cubo central Painel de LED outdoor com no mínimo capacidade 70 toneladas com 46 metros de lança. Com os seguintes documentos ART de Guindaste e ART de plano de içamento.

**Toda a estrutura deverá estar montada até 07/10/2026, em perfeito estado de conservação, atendendo integralmente as normas técnicas e regulamentares.**

## 6. ORGANIZAÇÃO DO RODEIO

A empresa contratada deverá fornecer os seguintes profissionais e serviços:

### ✓ 01 PRODUTOR DE MÍDIA

Profissional responsável pela criação de conteúdo, marketing para divulgação e transmissão em mídias e redes sociais do evento Rodeio Show 2026, bem como pelo cerimonial da abertura ao encerramento do rodeio.

### ✓ 01 DIRETOR DE RODEIO

Profissional encarregado de organizar o rodeio, garantindo o cumprimento dos horários e evitando atrasos.

### ✓ 02 JUÍZES DE RODEIO

Profissionais renomados e atualizados com as regras vigentes, responsáveis pelo julgamento das competições.

Opções de profissionais a serem contratados pela empresa vencedora:

- Helton Barbosa
- Marcelo Araújo
- Júlio Mattozinho
- Silvaney Carvalho
- Paulo Henrique
- Jeferson Barbosa
- Leandro Neves

**Obs.:** Caso seja indicado outro profissional, será obrigatória a apresentação de atestado de capacidade técnica e a aprovação pela comissão organizadora.

### ✓ 02 LOCUTORES DE RODEIO





Profissionais renomados para a narração do rodeio durante toda a realização do

Opções de profissionais a serem contratados pela empresa vencedora:

- Almir Cambra
- Valtinho dos Santos
- Nivaldo Texano
- Humberto Junior
- Marco Brasil Filho
- Claudinei Matias
- Rodrigo Motta
- Luciano Oliveira
- Ricardo Martins
- Marco Brasil
- Fagner Rangel

**Obs.:** Outros profissionais somente mediante comprovação de aptidão técnica e aprovação da comissão organizadora.

## ✓ 02 PORTEIREIROS

Profissionais experientes responsáveis pela abertura dos bretes, quando autorizados pelo peão.

Opções de profissionais a serem contratados pela empresa vencedora:

- Japonês (Leandro)
- Fábio Solera
- Cleber Perpétuo
- Jeferson Ramos

**Obs.:** Outros profissionais somente mediante atestado de capacidade técnica e aprovação da comissão organizadora.

## ✓ 01 LAÇADOR

Profissional especializado responsável pela retirada dos animais da arena, quando solicitado ou constatada a necessidade. O profissional deverá possuir animais para manejo e equipamentos necessários à execução do trabalho.

Opções de profissionais a serem contratados pela empresa vencedora:

- Leonardo Silvestre
- Scatolin
- Ângelo Rosseto
- Gabriel Severino
- Dudu Salesse

**Obs.:** Outros profissionais somente mediante comprovação de aptidão técnica e aprovação da comissão organizadora.

## ✓ 03 SALVA-VIDAS





Profissionais treinados e capacitados para garantir a segurança dos competidores dentro da arena.

Opções de profissionais a serem contratados pela empresa vencedora:

- Babuíno
- Bibi (Fabrício)
- Igor Burguês
- Michel Anderson
- Alan Bakal
- João Breda
- Dodô Barreto
- Cigano

**Obs.:** Outros profissionais somente mediante atestado de capacidade técnica e aprovação da comissão organizadora.

## ✓ 01 COMENTARISTA

Profissional responsável pela narração

• Esnar Ribeiro comentada das montarias. Opções de profissionais a serem contratados pela empresa vencedora:

- Tiago Arantes
- Rodrigo Xuxa
- Fernando Elias
- Reich Hernandes

**Obs.:** Outros profissionais somente mediante comprovação técnica e aprovação pela comissão organizadora.

## ✓ 01 LOCUTOR COMERCIAL

Profissional responsável pela divulgação dos patrocinadores do evento. Opções de profissionais a serem contratados pela empresa vencedora:

- Fabão Potência
- Joca
- Mauro César
- Celso Russo
- Adriano Silva

**Obs.:** Outros profissionais somente mediante comprovação de aptidão técnica e aprovação da comissão organizadora.

## ✓ REALIZAÇÃO DE NO MÍNIMO 03 SHOWS PIROMUSICAIS, SENDO FOGOS DE EFEITOS VISUAIS BAIXE ESTAMPIDO

• Fogos de efeitos visuais de baixo estampido, computadorizados, acompanhando o ritmo musical, conforme normas do Corpo de Bombeiros e legislação municipal.

• As músicas serão definidas pela comissão organizadora;

Todas as noites incluirá desenhos de fogo na arena, abertura global ao redor com chuvas de prata e cruzamentos “crackling”, torta chinesa com efeitos especiais e minishow em





desenho do locutor;

- Show com bateria totalizando 2.500 tiros especiais;
- Salvas de morteiros em cores variadas (verde, prata, vermelha) e efeitos especiais;
- Inclusão de pombinha da paz para acender a cascata;
- Cascata/cachoeira com 30 metros de comprimento;
- Girândola com 18 tubos, com efeito de explosão de cor;
- Salva de morteiros com efeitos “chorão” e centro azul;
- Salva de morteiros com efeitos azul e centro “chorão”;
- Execução por profissional Blaster habilitado, acompanhado de carteira de Blaster;
- Alvará da empresa responsável pelo fornecimento e transportes dos materiais de fogos de artifícios juntos a DEAM - Delegacia de Explosivos, Armas e Munições;

**O Município de Céu Azul se isenta de qualquer responsabilidade por acidentes ou transtornos ocorridos.**

#### ✓ SHOW DE ADESTRAMENTO COM CAVALOS DA RAÇA FRIESIAN

- Comprovação para fase de Habilitação da documentação dos cavalos (para no mínimo três dias de evento de qualidade através de imagens de mídias sociais, Facebook, Instagram etc.

#### ✓ 01 VETERINÁRIO

- Responsável pela recepção, acompanhamento e bem-estar dos animais participantes, conforme legislação vigente;
- Profissional com registro junto à Coordenadoria de Defesa Agropecuária;
- Este profissional estará vinculado também a todas as provas que acontecerão do início ao término do rodeio.

#### ✓ 01 ETAPA DE CIRCUITO NACIONAL DE RODEIO CLASSIFICATÓRIA PARA BARRETOS – SP

- Garantir ao peão campeão do rodeio a participação no Evento Nacional de Barretos (Barretão), representando o Município de Céu Azul.
- Circuito regularizado conforme a legislação vigente;
- Etapa transmitida online pelas redes sociais;
- Fornecimento de 30 touros para montaria.

#### Opções de Circuitos:

- Circuito Rancho Primavera (CRP);
- PBR;
- LNR (Liga Nacional de Rodeio).

#### ✓ OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA CONTRATADA

- Entregar na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, antes do início da festa, cópia da Apólice de Seguro em favor dos peões e profissionais envolvidos (salva-vidas, domadores, porteiros, juizes, locutores etc.), com cobertura mínima de R\$ 140.000,00 por morte, invalidez permanente ou temporária, incluindo despesas médicas e hospitalares, com validade de 5





anos.

## ✓ DIREITOS DA CONTRATADA

• Direito de venda, comercialização e exploração dos camarotes e patrocínios da área da arena do rodeio **exceto no Palco dos shows**.

**TODA A ESTRUTURA DEVERÁ ESTAR MONTADA ATÉ O DIA ANTERIOR AO INÍCIO DA FESTA, DEVENDO SER DESMONTADA E RETIRADA DO LOCAL ATÉ 16/10/2026.**

**3.3.2.** O faturamento dos serviços deverá ser realizado através da Nota fiscal devidamente preenchida em nome do Município de Céu Azul, CNPJ: 76.206.473/0001-01, acompanhado de relatório de execução dos serviços, contendo especificações mínimas necessários para caracterizar o serviço executado.

**3.3.3.** Correrão por conta do contratado todas as despesas relacionadas com a execução dos serviços, como, equipamentos, mão-de-obra especializada, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários dos funcionários, bem como qualquer custo relacionado a perfeita entrega.

**3.3.4.** Todo serviço que apresente má qualidade, não atendes as especificações do termos de referência deverá ser refeito imediatamente pelo fornecedor, se no ato do recebimento for constatado que a quantidade entregue é menor que a constante na nota fiscal deverá ser imediatamente complementada. Todas essas hipóteses são condições de suspensão do pagamento até a perfeita regularização por parte da empresa fornecedora, além da suspensão do pagamento a não regularização da entrega após notificação acarretará na aplicação de penalidades.

**3.3.5.** O objeto será recebido e aceito após sumária inspeção pelos órgãos técnicos da Prefeitura, podendo ser rejeitado, caso a qualidade e especificações não atendam ao que foi licitado e às condições de recebimento e aceitação dos produtos/serviços constantes no Termo de Referência do edital, e deverá ser substituído ou refeito pelo fornecedor, no prazo máximo de 3 (três) dias, sem ônus para o Município, sob pena de suspensão da empresa de participar de licitação, de acordo com a legislação vigente, e aplicação de multa de 10% sobre o valor do produto entregue de forma irregular.

**3.3.6.** Todas as hipóteses irregularidades são condições de suspensão do pagamento até a perfeita regularização por parte da empresa fornecedora e a aplicação de penalidades

**3.4.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato

## DA FISCALIZAÇÃO, E GESTÃO DO CONTRATO

**3.5.** O fiscal e gestor do contrato serão indicados pelo CONTRATANTE, dentre servidores, respectivamente, ambos capacitados para exercerem essas funções.

**3.5.1.** Caberá a gestão do contrato ao Sr. **Fernando Augusto Hoffelder** Secretário de Cultura, Esporte, Lazer e Recreação, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste contrato e ainda:

- a) propor ao órgão competente a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação aplicável, no caso de constatar irregularidade cometida pela CONTRATADA;
- b) receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto contratado;





c) manter controles adequados e efetivos do presente contrato, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, com base nas informações e relatórios apresentados pela fiscalização;

d) propor medidas que melhorem a execução do contrato.

**3.5.2.** Caberá ao fiscal do contrato, Sra., **Dalila Pereira da Silva** o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor do contrato todas as ocorrências, em especial as que possam prejudicar o bom andamento da execução contratual. Além disso, a fiscalização procederá, mensalmente, à relatórios baseada nos serviços executados, verificará o andamento físico dos serviços e comparará com o estabelecido no termo de referência, para que se permita a elaboração do processo de faturamento baseado no quantitativo efetivamente executado e recebido. Caso os serviços executados não correspondam ao estabelecido na programação do termo de referência, será registrada a situação, inclusive para fins de aplicação das penalidades previstas, se for o caso.

**3.6.** A CONTRATADA deverá permitir e colaborar para que funcionários da CONTRATANTE, fiscais, gestores, especialistas:

a) inspecionem a qualquer tempo a execução do objeto contratado;

b) examinem os registros e documentos que considerarem necessários conferir.

**3.7.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

**3.8.** Ao CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição da execução considerada inadequada pelo fiscal. Qualquer serviço, material e/ou componente ou parte dele, que apresente defeitos, vícios ou incorreções, enquanto perdurar a vigência da garantia prevista no ordenamento jurídico, deverá ser prontamente refeito, corrigido, removido, reconstruído e/ou substituído pela CONTRATADA, livre de quaisquer ônus financeiros para o CONTRATANTE.

**3.9.** Entende-se por defeito, vício ou incorreção oculta aquele resultante da má execução ou má qualidade de materiais empregados e/ou da aplicação de material em desacordo com as normas e/ou prescrições da ABNT, especificações e/ou memoriais, não se referindo aos defeitos devidos ao desgaste normal de uso. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas relacionadas com a correção, remoção e/ou substituição do material rejeitado.

**3.10.** A fiscalização e a CONTRATADA podem solicitar reuniões de gerenciamento. A finalidade será revisar a execução das atividades remanescentes e discutir os problemas potenciais.

**3.11.** Toda a comunicação entre as partes deverá ser feita por escrito. A notificação tornar-se-á efetiva após o seu recebimento. Todos os assuntos discutidos e decisões tomadas em reuniões do CONTRATANTE com o CONTRATADO serão registradas em atas, que servirão de documento legal e permitirão gerenciar as responsabilidades por tarefas específicas. As atas serão lavradas e assinadas pelos participantes.

## **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

**5.1.** O valor mensal da contratação é de R\$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R\$ .....





(...).

**5.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**5.3.** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

**6.1.** O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias após a entrega das notas fiscais preenchidas corretamente na quantidade entregue, e aceita pela Administração Municipal. Caso ocorra alguma irregularidade no fornecimento o pagamento ficará suspenso até a devida regularização da entrega pelo fornecedor.

**6.2.** O pagamento será efetuado através de depósito bancário em conta do fornecedor.

**6.3.** A Nota Fiscal ou relatório de execução não aprovada será devolvida ao fornecedor para as necessárias correções, apontando-se os motivos que motivaram sua rejeição.

**6.4.** Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

**6.5.** Será retido do pagamento ISSQN, INSS, IR quando aplicáveis em conformidade com a legislação. O Imposto de Renda embasado conforme o [Decreto Municipal nº 6.971/2023](#), bem como a [IN RFB nº 1234/2012](#), que trata da retenção do IR- Imposto de Renda no momento do pagamento da fatura. Para tanto, deverá informar na nota fiscal a retenção do IR, a base de cálculo, a alíquota, o valor a ser retido e o valor líquido da nota fiscal. Enquadrando-se nos casos de isenção ou dispensa de retenção tal fato deve constar na nota fiscal sob pena de retenção de ofício.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

**7.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de **um ano** contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_ .

**7.2.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**7.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**7.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**7.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**7.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**7.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice





oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**7.8.** O reajuste será realizado por apostilamento ou aditivo ao contrato.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

**8.1.** São obrigações do Contratante:

**8.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

**8.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**8.1.3.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**8.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**8.1.5.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

**8.1.6.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**8.1.7.** Cientificar a autoridade competente para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**8.1.8.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**8.1.9.** O gestor terá o prazo de 15 (quinze) dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**8.1.10.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

**8.1.11.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**8.1.12.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

**9.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**9.2.** Quando se aplica, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

**9.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**9.4.** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**9.5.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou





autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**9.6.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**9.7.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**9.8.** Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**9.9.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

**9.10.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

**9.11.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**9.12.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**9.13.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**9.14.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**9.15.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**9.16.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.17.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

**9.18.** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos,





ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

**9.19.** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

**9.20.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**9.21.** Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.

**9.22.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

**10.1.** Comprovação de garantia de proposta.

**Obs.:** A comprovação do recolhimento da garantia de proposta, equivalente a 1% do valor estimado da contratação, deverá ser apresentada na pré-habilitação, mediante depósito até um dia útil anterior à data do certame.

*A exigência de apresentação da garantia de proposta, no percentual de 1% do valor estimado da contratação, justifica-se como medida de segurança e seriedade no processo licitatório, visando assegurar que apenas licitantes efetivamente comprometidos participem do certame. Trata-se de mecanismo amplamente utilizado na Administração Pública para resguardar o interesse público contra propostas inconsistentes, aventureiras ou sem capacidade real de execução.*

*Ao estabelecer que o recolhimento seja comprovado ainda na fase de pré-habilitação e realizado até um dia útil anterior à data do certame, a Administração busca garantir maior organização e celeridade ao processo, evitando atrasos, questionamentos ou inconsistências no momento da sessão pública. Essa antecipação também permite a verificação prévia da regularidade da garantia, reduzindo riscos de impugnações e promovendo maior transparência e segurança jurídica.*

*Além disso, a garantia de proposta funciona como instrumento de proteção ao Município, assegurando que o licitante vencedor mantenha sua proposta até a assinatura do contrato, sob pena de perda do valor garantido em caso de desistência injustificada. Dessa forma, contribui para a estabilidade do procedimento licitatório e para a efetiva contratação do objeto pretendido. Portanto, a exigência encontra fundamento no interesse público, na necessidade de resguardar a Administração contra riscos operacionais e na busca por maior eficiência, segurança e confiabilidade no processo de contratação.*

**Obs.:** A comprovação do recolhimento da garantia de proposta, equivalente a 1% do valor estimado da contratação, deverá ser apresentada na pré-habilitação, mediante depósito





realizado até um dia útil anterior à data do certame. - Caberá aos licitantes optar por uma das modalidades de garantias estabelecidas no Art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, podendo ser:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023) § 2º Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

-A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação mediante transferência bancária a ser indicado pelos licitantes.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato.
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato.
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. Multa:

1. Moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
2. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para





apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

**i.** O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

**3.** Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 10% a 15% do valor do Contrato.

**4.** Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 10% a 15% do valor do Contrato.

**5.** Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 15.% a 20% do valor do Contrato.

**6.** Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.

**7.** Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

**11.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

**11.3.1.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.3.2.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.3.3.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.3.4.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**11.4.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**11.5.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.6.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**11.7.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos





neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.8.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021). E no mural de impedido de licitar do Tribunal do Contas do Estado do Paraná.

**11.9.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**11.10.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com a contratante.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

**12.1.** O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**12.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**12.2.1.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**12.3.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**12.3.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**12.3.1.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**12.3.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**12.4.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**12.4.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**12.4.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**12.4.3.** Indenizações e multas.

**12.5.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).





**12.6.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

**13.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

<b>DOTAÇÕES</b>						
<b>Exercício da despesa</b>	<b>Referência</b>	<b>Órgão</b>	<b>Unidade</b>	<b>Ação</b>	<b>Plano</b>	<b>Vínculo</b>
2026	828	11	20	2048	33390390000000000000	2000

**13.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

**14.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

**15.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

**15.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**15.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei n.º 14.133, de 2021).

**15.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

**16.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.





## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ANTICORRUPÇÃO

**17.1.** As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

## 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

**18.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Matelândia-PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Céu Azul, --- de --- de ----

**LAURINDO SPEROTTO**  
**Prefeito Municipal**  
**Órgão Gerenciador**

**XXX**  
**XXXX**  
**CONTRATADO**

**XXXX**  
**Gestor do Contratado**

**XXXX**  
**Fiscal do Contratado**

